



Biblioteca Breve

SÉRIE PENSAMENTO E CIÊNCIA

GRAMÁTICOS PORTUGUESES  
DO SÉCULO XVI

COMISSÃO CONSULTIVA

JACINTO DO PRADO COELHO  
Prof. da Universidade de Lisboa

JOÃO DE FREITAS BRANCO  
Historiador e crítico musical

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA  
Prof. da Universidade Nova de Lisboa

JOSÉ BLANC DE PORTUGAL  
Escritor e Cientista

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO

ÁLVARO SALEMA

MARIA LEONOR CARVALHÃO BUESCO

Gramáticos  
portugueses  
do século XVI



M.E.C

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

*Título*

Gramáticos Portugueses do Século XVI

---

*Biblioteca Breve / Volume 18*

---

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa  
Secretaria de Estado da Cultura  
Ministério da Educação

---

© *Instituto de Cultura Portuguesa*

Direitos de tradução, reprodução e adaptação,  
reservados para todos os países

---

1.ª edição — 1978

---

*Composto e impresso*  
nas Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand  
Venda Nova - Amadora — Portugal

Fevereiro de 1978

## ÍNDICE

Significado da criação das gramáticas «vulgares» .....	6
Questões gramaticais .....	20
O problema ortográfico .....	28
Defesa e apologia da língua .....	38
Fernão de Oliveira e a «primeira anotação da Língua Portuguesa» .....	49
A «segunda» Gramática Portuguesa: João de Barros .....	54
Duarte Nunes de Lião e a busca das origens .....	73
Conclusão .....	80
Notas .....	81
Documentário antológico .....	88
Bibliografia .....	104

## I — SIGNIFICADO DA CRIAÇÃO DAS GRAMÁTICAS «VULGARES»

Quando, em 1536, é publicada em Lisboa a *Gramática da Língua Portuguesa* de Fernão de Oliveira — gramática, diremos, «avant la lettre» — mais, segundo as próprias palavras do autor, uma «primeira anotação da língua portuguesa»; quando, em 1539-40, são publicadas a *Cartinha* e a *Gramática* de João de Barros — esta já uma verdadeira gramática, dotada de sistematização e dum carácter não só vincadamente pedagógico mas também normativo; quando, ainda, se publicam as primeiras *Cartinhas*, a do bispo Frei João Soares, pregador de el-rei e mestre dos infantes, por volta de 1540, e tratados de Ortografia, como o de Pero Magalhães de Gândavo em 1574 e o de Duarte Nunes de Lião em 1576, esses factos significam não o começo, mas o termo dum longo processo cultural que, sem solução de continuidade, articula a Gramática do Renascimento com os seus criadores clássicos.

Efectivamente, não podemos começar a história da filologia e da linguística pelo Renascimento, porque o «renovo» da Antiguidade

começara muito antes e podemos dizer que não sofrera interrupção. Os Gramáticos do Renascimento, Gramáticos da língua vulgar, acentuemos, são antes verdadeiros elos de ligação, garantes duma continuidade, mediante o aproveitamento duma herança.

As suas inovações, por vezes espectaculares, no que diz respeito à terminologia e à audácia de repensar a formulação clássica-escolástica, decorrem de um novo contexto perante o qual não deixam de estar atentos, numa típica atitude presencialista.

A civilização greco-romana, na sua essência e em todas as expressões da sua vida, manifestara uma unidade, sem que possamos, com precisão, delimitar-lhe o início e o termo.

Podemos, talvez, defini-la, articulada segundo um eixo vertical — o tempo — e um eixo horizontal — o espaço.

A cultura, que nos empenhamos por compreender e penetrar, é uma unidade e como unidade tem de ser captada e interpretada.

Verificamos, portanto, que da gramática grega — já científica, se bem que ainda não uma ciência histórica, sobrevivendo em Roma e em Bizâncio — derivou a nossa ciência gramatical.

Não nos parece, ao analisar o modelo dessa sobrevivência, que, segundo opinião generalizada, enunciada até por Carolina Michaëlis<sup>1</sup>, se tenha verificado um retrocesso ou mesmo uma estagnação no estudo da Gramática durante o Império Romano e até depois. O que se verifica é que o enunciado teórico grego encontra então, e só a partir dos Alexandrinos, a sua formulação sistemática. A

gramática grega continua a ser, com efeito, o modelo «arquetípico» de toda a arquitectura gramatical, mas a sua construção a partir desse modelo é obra, sucessivamente, dos Alexandrinos, dos Romanos e dos homens da Idade Média.

Efectivamente, quando Platão no *Crátilo* emite a opinião de que, «segundo a natureza, para cada ser, existe uma designação exacta», ele aborda já um problema de ordem especulativa que vai servir de ponto de partida a Aristóteles para a elaboração de todo um sistema de categorias que exprimem a constituição da frase, a sua divisão em unidades e classes de palavras.

As categorias lógicas de substância, qualidade e quantidade estão claramente representadas e correspondem simetricamente às categoriais gramaticais de substantivo, adjectivo e advérbio. Ora, nessa correspondência lógico-gramatical, condicionando-se reciprocamente, reside a nosso ver a fundamentação teórica da própria constituição da gramática, isto é, a sua natureza formal; por outro lado, a sua justificação pedagógica, de um ponto de vista pragmático e, de certo modo, substancial. A gramática converte-se, pois, no sustentáculo de todo o pensamento formal.

Num parêntesis antecipativo, diremos mesmo que essa correspondência será um dos parâmetros da Linguística Moderna.

Ora, o facto de essa correspondência sistemática se dever em primeira instância a Aristóteles, garantirá, durante a Idade Média — aristotélica por definição — a conservação da



correlação estabelecida entre a lógica e a gramática e a salvaguarda do pensamento formalizado.

Assim, se a organização da Gramática clássica como sistema de pensamento é legado grego, a sua construção como quadro ou estrutura sistemática, alcançada pelos Alexandrinos, assume uma projecção divulgativa através dos gramáticos romanos, voltados para um pragmatismo que os leva a introduzir a gramática no plano de estudos que, da época imperial, passará à Idade Média.

Na Europa Ocidental, a Gramática antiga, na sua formulação latina, devia servir de sustentáculo ao ensino da língua, que sobrevivia no uso prático, como língua da Igreja universal do ocidente — a Igreja Católica.

Ela seria, portanto, o veículo duma cultura que, parecendo destinada a uma ruína total, todavia resistiria, insularmente, nas formas artísticas do discurso, produzindo uma «nova» literatura latina e preservando a tradição jurídica romana.

Simetricamente, a língua e a gramática gregas desempenham um papel e ocupam um lugar semelhante na cultura bizantina da Europa oriental. A divisão do Império Romano em duas metades fora irreversível e provocara uma ruptura cultural articulada em torno de duas línguas de civilização: o latim e o grego, respectivamente.

Ambas, provenientes de fonte comum — a ciência helenística da gramática, vinculada pela teoria das partes do discurso e pela etimologia à doutrina dos sofistas — criam, por sua vez, áreas culturais diferenciadas entre si, mas internamente unitárias.

Essa fracção bipolar conhecerá uma tendência de reunificação após a queda de Constantinopla. O Ocidente revitalizará — de modo precário, talvez — o interesse pelos estudos helénicos. Em Portugal, os estudos gregos conhecem também uma fase de aprofundamento e ampliação: um dos nomes é o de Vasco Fernandes de Lucena, tradutor de Xenofonte, que dedicou a sua tradução da *Ciropedia* a Carlos o Temerário, filho de Isabel de Portugal <sup>2</sup>.

Contudo, o Oriente e o Ocidente da Europa haviam já evoluído separadamente e construído culturas diferenciadas, de cariz próprio e fisionomia específica. Era já demasiado tarde para promover um unitarismo cultural.

No Ocidente, em que a Igreja escolhera para seu uso, quer litúrgico quer evangelizador, a língua latina literária, a Gramática e a Retórica foram salvas pela Escola Cristã, e, com elas, um resto da cultura «enciclopédica» antiga, nas Sete Artes Liberais.

Com efeito, no limiar da Idade Média, os mosteiros do Reino Franco e das Espanhas tornam-se os centros culturais em que se salvam da conquista árabe as ruínas da cultura mediterrânica. Daí, a preocupação prioritária dos concílios hispânicos quanto à organização das escolas paroquiais e episcopais. Em 527, o Concílio de Toledo havia decidido a constituição de internatos de clérigos, formados desde a tenra idade na *domus ecclesiae*. O 4.º Concílio de Toledo, em 633, torna o percurso escolar mais exigente: aí, são formados homens como Frutuoso, Martinho e Leandro de Braga que, segundo as prescrições de Isidoro de Sevilha deviam, antes de mais nada, «conhecer

satisfatoriamente a gramática para compreender, sem o auxílio da pontuação, onde termina um grupo de palavras, onde a frase fica em suspenso e onde, finalmente, se completa o sentido.»<sup>3</sup>

Ao examinarmos a programação curricular da escola medieval, verificamos que a ciência gramatical é, a partir de Isidoro e durante toda a Idade Média, apoiada sobretudo pelos manuais de Donato e Prisciano, a fonte primeira da sabedoria e da lucidez. Só depois de conhecidas as principais regras do latim o aluno passa a interpretar poetas e historiadores, como Virgílio, Estácio, Terêncio, Horácio, Ovídio, Lívio. De tal modo que alguns letrados consideram excessiva a importância da Gramática. Raoul Gleber refere que em Itália esse excessivo culto levava à negligência das outras artes: a Gramática, por antonomásia a gramática latina, é «o fundamento das belas letras, a mãe gloriosa da eloquência, a ama de todas as artes.»<sup>4</sup>

A ininterrupta tradição gramatical greco-romana, conservada e transmitida através de uma Idade Média, como vemos, insuspeitadamente erudita, desemboca na intensa proliferação de obras gramaticais e para-gramaticais (apologias, defesas, louvores, ensaios normativos ou histórico-culturais, especulações dialécticas) no Renascimento.

Não obstante, entre a gramática concebida durante a Idade Média como disciplina do *Trivium*, e a gramática renascentista, disciplina já participante dos estudos menores, verifica-se uma notável e importantíssima diferença: na Idade Média, efectivamente, a disciplina omnipresente, indissoluvelmente ligada à retórica, subsidiando a

lógica e a dialéctica, era a *gramática latina*. Pelo contrário, no Renascimento, como termo de um longo processo de que Dante pode considerar-se o pioneiro com a obra *De Vulgari Eloquentia*, a gramática, como ciência de observação da linguagem, deixa de ser necessariamente latina e passa a incidir sobre as realidades das línguas vernaculares.

A imprensa, introduzida em Roma na 2.<sup>a</sup> metade do século XV, abre, naturalmente, uma época nova. Começa, pois, a fazer-se sentir o desejo de reproduzir textos que falassem uma linguagem acessível a um público infinitamente mais vasto. Ora, é significativo notar que o advento da imprensa coincide cronologicamente com os primeiros gramáticos italianos. As *Regole*, primeira obra gramatical, depois do «pioneirismo» linguístico de Dante, são de cerca de 1495. A *Gramática Castellhana*, de António de Nebrija <sup>5</sup>, aparecera em 1492. Significativo parece, também, o facto de a imprensa promover e exigir uma uniformidade regulamentar da Ortografia, até então anárquica e caprichosa, submetida a toda a gama de critérios individuais.

Durante o século XV assiste-se, portanto, a um progressivo movimento de imposição do uso do vernáculo, em concorrência com o latim, nos níveis literário, científico e administrativo. Provisões e decretos visam à paulatina mas definitiva substituição do latim pelas línguas vernáculas ou vulgares. Generalizam-se as traduções, com privilégio para Cícero, Tito Lívio, Virgílio, Horácio e Plínio.

Os homens do Renascimento são conduzidos à chamada «questão da língua» e, logo, à revisão do conceito e do esquema gramatical, que terá de

corresponder à feição diferenciada das línguas modernas em relação ao latim.

É o que faz, entre nós, de modo notavelmente lícido, João de Barros cuja revisão crítica expressivamente se manifesta através da sistemática comparação entre *nós* (os românicos) e *eles* (os latinos). Não se trata, portanto, no Renascimento, de tentar reviver e admirar passiva e acriticamente o passado clássico. Trata-se, principalmente, de revestir esse legado numa arte nova. Assim, se alguns, intransigentemente, se agarram à velha tradição humanística, e defendem à ponta de espada a primazia do latim, nós vemos que essa defesa é vã, e que, à partida, a causa está perdida. As línguas vernáculas abriram definitivamente caminho, e de balde Romolo Amaseo, em 1529, pronuncia duas orações *De lingua latina usu retinendo*. Ariosto, Machiavelli, Bembo, reconhecem e defendem o vernáculo como língua nacional.

Atingindo as línguas modernas uma maioria, no momento de plenitude do Renascimento, é aí que se situam os demiurgos da Gramática moderna. O termo Gramática deixa de ser, por antonomásia, a gramática latina. Pela primeira vez, embora a princípio timidamente, se preconiza a prioridade do ensino gramatical da língua materna. É o que significam as palavras de António, no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, de 1540: «Se eu não soubera da gramática portuguesa o que me vossa mercê ensinou, parece-me que em quatro anos soubera da latina pouco e dela muito menos. Mas com saber a portuguesa, fiquei alumiado em ambas».

Em Espanha, Pedro Simón Abril propõe a Filipe II a conveniência de se proceder ao ensino das várias matérias em língua vulgar e de se ensinar aos meninos a gramática espanhola antes da latina, o que, efectivamente, representava uma fractura em relação à tradição pedagógica anterior.

As línguas modernas parece estarem, pois, definitivamente codificadas nos finais do século XVI, o bom uso definido a partir dessa codificação — a gramática — e, finalmente, o contexto cultural exige que a gramática assuma um carácter normativo.

Com efeito, as línguas vulgares ou vernaculares (embora se lhes reconheça como marca indubitável de prestígio a filiação latina) apresentam-se, aos olhos dos gramáticos renascentistas, como *línguas sem passado*.

Se Fernão de Oliveira alude à etimologia, fá-lo com ironia e desconfiança, enumerando falsas etimologias. Se João de Barros ocasionalmente se lhe refere, refere-se-lhe como a um conhecimento altamente duvidoso e inextrincável: procurar a origem das palavras será, segundo ele, tão dificultoso como buscar as fontes do Nilo. A atitude destes gramáticos é, pois, notoriamente *presencialista*, referida à observação directa e às conclusões que a realidade actual e visível unicamente permite.

É, pois, esse um domínio em que se verifica um dos desvios dos gramáticos do Renascimento em relação à escola gramatical clássica. Eles abandonam a indagação especulativa e teórica da origem do vocábulo e do seu sentido primordial e «motivado». Interessa-lhes — e essa é a posição claramente definida de Fernão de Oliveira e de João de Barros —

estabelecer o que o *uso* introduziu e consagrou. A etimologia era, pois, considerada como o ponto fraco da ciência da linguagem devido, em parte, à inexistência do comparativismo linguístico, que só virá a surgir verdadeiramente no século XVIII.

A partir de certo momento, assistimos ao paradoxo de que são os humanistas do Renascimento, tão devotamente apaixonados pelas línguas e culturas clássicas, aqueles precisamente, que vão abrir o caminho para o estudo mais intenso das línguas vernaculares, que entrarão em competição com o prestígio cultural do latim, do qual, finalmente, sairão vencedoras.

Em fermentação, pois, durante o Renascimento, no declínio desta era de criações e recriações, assiste-se a uma progressiva tomada de consciência das línguas vulgares. Após as primeiras tentativas de uniformização, para o que contribuíram não só os ortografistas e gramáticos, mas também os primeiros lexicógrafos do século XVI em França e em Itália, os eruditos começaram a discernir as relações entre as línguas e a estabelecer os laços entre as particularidades da língua vernácula e a cultura do povo respectivo.

Mediante novas condições de comunicabilidade entre os povos e, sobretudo, o encontro de línguas não inseridas nas até então identificadas como as «famílias» existentes (Românica, Germânica e Eslava) torna-se necessário encontrar uma codificação que, mais do que normativa, se tornará didáctica. Os Europeus, chamados a comunicar com povos de outros continentes, não latinizados, quando na Europa o latim funcionava como língua de erudição

«supra-nacional», vêem-se na necessidade de resolver o problema de dois modos:

1. Ensinar a esses povos a língua europeia;
2. Aprender a língua nativa.

É assim que, no século XVI, surge publicado pelos jesuítas o *Dictionarium Latino-Lusitanum ac Japonicum* e também a *Cartilha em Tamul e Português*, de 1554 (reed. Lisboa, 1970), em que o autor anónimo mas, muito provavelmente um jesuíta também, se apercebe claramente do diferente estatuto das duas línguas postas em paralelo.

É também por isso que as *Cartilhas* para aprender a ler se multiplicam — e visam, além do ensino dos «meninos portugueses», o ensino também da língua portuguesa a estrangeiros.

Estamos, efectivamente, num *tempo dinâmico*: entre a primeira gramática portuguesa (1536) do século XVI e a última obra gramatical do mesmo século (1596), encontramos um acelerado itinerário no conceito e nos respectivos conteúdos da gramática e do estudo da língua. Ao concretismo pragmático e presencialista do Renascimento, equilibrado na serenidade clássica, sucede rapidamente e sem transição a «dor do tempo», que caracteriza a crise espiritual, religiosa e social do Barroco.

A dialéctica dramática que se exprime pelo binómio interrogação/resposta, abre caminho para a pesquisa teleológica. A etimologia, desprestigiada e ironicamente ou timidamente abordada pelos Renascentistas, como ciência dos pouco doutos,



segundo a irreverente expressão de Fernão de Oliveira, é, na nova formulação linguística, a busca das Origens. Em 1665 é publicada em Paris a obra *Origini della lingua Toscana*; mas já em 1606, Nunes de Lião publicara *Origem da Língua Portuguesa*.

Essa dialéctica inicia-se nos tempos modernos, em que se esboça a luta contra a lógica aristotélica, em que se rejeita o dogmatismo, em que se opera, em suma, uma revolução filosófica, através duma ruptura epistemológica. À lógica aristotélica é recusado o direito de se intitular a sistemática do espírito.

A correspondência, a aliança, até, entre a língua e uma gramática universal, é a pedra de toque da nova formulação. A partir daí, com Lorenzo Valla em Itália, Vivès em Espanha, Pierre de la Ramée em França, tenta romper-se o equilíbrio da filosofia aristotélico-escolástica.

O cartesianismo lançara uma nova luz sobre a teoria da linguagem, buscando o ideal dum saber unificado. E, ao lado da *mathesis universalis* surge o conceito de *lingua universalis*. Ao lado da filologia empírica, vai surgir uma nova forma universal de gramática. O estudo da linguagem é posto na presença imediata do problema central que domina o conjunto da história espiritual do século XVII, o problema da subjectividade, que tenta afirmar-se através duma visão mais larga e mais profunda da realidade, arrancando-a aos estreitos limites conceptuais dum empirismo psicológico, fazendo-a sair, em suma, da esfera da simples existência contingente e da actividade arbitrária para reconhecer a sua «formã» especificamente espiritual.

O problema da linguagem, em consequência da sua redução a quadros gramaticais coerentes, surge no conjunto duma metafísica universal do espírito. Logo, ao problema específico, já colocado anteriormente, da origem das línguas vulgares, vai suceder-se o problema da origem e essência da linguagem humana. É esse o significado da obra de Duarte Nunes de Lião, publicada entre 1596 e 1606, encerrando, por assim dizer, o ciclo cultural extremamente rico e criador da Cultura Portuguesa, colocada no interior do vasto colóquio do Humanismo Europeu.

A obra de Nunes do Lião situa-se, cronologicamente, nos alvares do Barroco, ou melhor, entre duas épocas. Se considerarmos que o Barroco representa não só uma atitude ou uma forma de expressão estética mas, muito mais do que isso, uma vivência ou uma experiência existencial, testemunho de uma crise religiosa, social e cultural, possivelmente «camuflada» pelo eufórico triunfalismo formal, importa distinguir em que medida o facto de a *Origem* ter sido composta nessa altura pode ter determinado certos aspectos da sua concepção.

Desde logo, parece impor-se que o que pode chamar-se o pretensiosismo barroco se reflecte na preocupação etimológica que, como se viu, só tangencialmente era abordada pelos anteriores gramáticos e linguístas. Por outro lado, o novo estilo de relações internacionais, desenvolvendo um cosmopolitismo cultural e promovendo empréstimos vocabulares, estimula a «busca» de uma noção de legitimidade na razão de parentesco entre as línguas,

o que vem gerar um novo conceito, o de genuinidade linguística, patente nas listas vocabulares que fazem parte da *Origem*. O conceito de que a língua, perante o seu observador, é uma realidade oscilante e móvel, denuncia um inequilíbrio que procura reequilibrar-se, encontrando entre o *princípio* e o *fim*, entre o *presente* e a *origem* remota, símiles e ao mesmo tempo antíteses.

Fortemente vinculada ao tempo, a obra de Nunes do Lião, é, pois, um testemunho documental e elucidativo da transição, talvez dramática, do espírito do Renascimento para o espírito Barroco, enredado numa nova angústia e numa nova maneira de estar no mundo.

## II — QUESTÕES GRAMATICAIAS

Um dos problemas pelos quais podemos considerar ligada a Gramática renascentista com a Gramática medieval é o problema da origem e diferenciação das línguas.

Assim é que os Gramáticos da Renascença estão ainda muito próximos da interpretação literal da Bíblia e consideram o passo do Génesis que se refere à criação de palavras por Adão como um passo de carácter directamente histórico. Parece, pois, que é por motivos religiosos que o hebraico, a língua do Antigo Testamento, é apresentado, a partir de S. Jerónimo, como a única língua primitiva — aquela de que Deus se serviu ao comunicar com a criatura.

Durante a Idade Média, porém, tal conceito foi assumindo perspectivas diferentes. E verifica-se que Santo Isidoro, ao ocupar-se do problema, o leva mais longe e parece já afastar-se do dogmatismo da afirmação inicial. Efectivamente, ele distingue o problema da língua com que Deus comunicaria com os Homens — essa seria, de facto, o hebraico — da

linguagem espiritual que serve os espíritos e os anjos<sup>6</sup>.

Das línguas humanas, porém, a língua-mãe continuava a entender-se que seria o hebraico: «una omnium nationum lingua fuit, quae Hebraie vocatur»<sup>7</sup>. Essa língua inicial e única, porém, diversificou-se, como resultado da soberba dos homens ao tentarem atingir o céu, em Babel.

Com efeito, presos à letra do Antigo Testamento, todos os Gramáticos do Renascimento que se ocuparam do problema o apresentam nestes termos. Assim no-lo apresenta João de Barros, nas suas linhas gerais. Curioso é notar, porém, que o homem moderno, que desperta nele, parece entrever novas premissas para o problema, e afirma que «ao homem é natural a fala», embora tal faculdade, tornada natural, seja sem dúvida dom de Deus: «(a Deus) aprouve que, mediante o pádar, língua, dentes e beijos, um respiro de ar movido dos bofes, causado de ùa potência a que os latinos chamam *affatus*, se formassem palavras significativas, pera que os ouvidos, seu natural objecto, representassem ao entendimento diversos significados e conceitos segundo a disposição delas...»<sup>8</sup>.

Igualmente, servindo-se do seu colóquio com António, apresenta as dificuldades lógicas que reveste tal solução: «mal poeria Adam nome à nau, pois nunca navegara, nem à bombardarda senão (h)avia de quem se defender, nem ao libélo senão tinha quem demandar». Parece, com efeito, deduzir-se uma certa reserva (que se opõe à simplicidade das palavras de Isidoro de Sevilha acima citadas) na afirmação de Barros: «Porém, de crer é que, ao

tempo da edificaçám de Babilónia, em que a linguagem era toda ãa...». Essa reserva acentua-se mais ainda nas palavras com que Barros tenta pôr o problema nos seus devidos termos: «Eu té qui recitei ô que os escritores antigos sentiram (...). E disto tomarás ô que mais quadrar em teu intendimento, levando por guia as autoridades da Sagrada Escritura.»

Quanto a este problema, nem Fernão de Oliveira nem Nunes de Lião dele se ocupam, «começando» a sua reflexão pela origem das línguas vulgares, das línguas faladas em Espanha e da formação da língua portuguesa. Encaram frontalmente e apenas o problema da origem e evolução das línguas vulgares ou vernaculares.

Nesse aspecto, podem considerar-se os Gramáticos quinhentistas os verdadeiros precursores da gramática histórica. Tal é a atenção que estes homens começam a dispensar ao problema que podemos entrever na sua obra a fragmentária origem da gramática histórica como ramo especializado da ciência da linguagem.

Quase todos os gramáticos da Renascença estão de acordo na afirmação de que as línguas modernas nasceram do latim corrompido pelas invasões germânicas. Essa é a teoria implícita na obra de Dante *De Vulgari Eloquentia* e mais tarde explícita nas de Alberti, Bembo, Speroni, Varchi, Nebrija e Barros.

O conceito de evolução está, porém, confundido ainda com o de corrupção: «este nome de *presbiter* de que nós corrompemos Preste»<sup>9</sup>.

Para Barros, como para a maioria dos gramáticos renascentistas, é, pois, ponto incontroverso e assente que a língua vulgar é um latim modificado:

1.º) quanto à pronúncia, por influência de outras línguas (sobretudo a linguagem dos Godos e o mourisco)... «Este (o tempo) nos trouxe a barbárie dos Godos, este nos deu *xa* e *cha* dos Mouriscos»...

2.º) quanto ao léxico, pela adopção de vocábulos mouriscos, exóticos, castelhanos e de «outras nações».

Não deixa, porém, Barros de sustentar a primazia do fundo latino; e, desse modo, indica a distinção que faz entre a língua-base e os *superstrata*: para ele, pois, as línguas românicas tomam os seus vocábulos de diferentes origens, mas... «principalmente da latina que foi a derradeira que teve a monarquia, cujos filhos nós somos».

Talvez com maior realismo, Fernão de Oliveira não se refere a *corrupção*, propriamente, mas fala em «disposição da língua corporal», que, condicionada «pelas condições do céu e terra em que vivem os homens» ocasiona diversificações articulatórias e linguísticas. Num rasgo de originalidade antecipativa, Fernão de Oliveira chega a afirmar: «E não desconfiemos da nossa língua, porque os homens fazem a língua e não a língua os homens». Assim, ao contrário de João de Barros, de Nunes de Lião e, em suma, da maior parte dos gramáticos do Renascimento, ele parece ter a noção correcta de *evolução* sem, efectivamente, a confundir com *corrupção*, antes admitindo o afinamento e aperfeiçoamento progressivo da arte da linguagem:

«e é manifesto que as línguas grega e latina primeiro foram grosseiras e os homens as puseram na perfeição que agora têm».

Nunes de Lião, por seu lado, apega-se à latinidade. Se Fernão de Oliveira tivera a coragem de afirmar: «melhor é que ensinemos a Guiné que sejamos ensinados de Roma», Lião continua obstinadamente preso ao brasão latino, como índice de nobreza, prestígio e antiguidade. O capítulo VII da *Origem* começa por considerar que a língua latina em Espanha se corrompeu através do cometimento de vícios, barbarismos e solecismos, de modo que «a língua latina, casta e pura que se falava, corromperam, adulterando os vocábulos e mudando-os em outra forma».

Assim, parece que, mais uma vez, entre os seus congêneres, sobressai a lucidez reflexiva, o esclarecido equilíbrio de João de Barros que sabe conciliar as posições extremadas que observamos em Oliveira e Lião.

Mas, para além do problema da origem e evolução das línguas, a própria estrutura gramatical implicava e exigia uma revisão crítica de conceitos. Por um lado, como já vimos, os Gramáticos sentiam-se presos à tradição gramatical greco-latina. Por outro lado, não fugiam à tentação, antes se entregavam deliberadamente ao jogo de demonstrar a individualidade e não identificação das línguas vulgares com o latim. Trata-se, evidentemente, duma clara manifestação da progressiva consciencialização da realidade da existência «românica».



Uma das mais importantes divergências, ou antes, pontos controversos, diz respeito às «partes do discurso».

Com efeito, os gramáticos antigos admitiam geralmente *oito* partes, a saber: *Nome, Pronome, Numeral, Verbo, Advérbio, Preposição, Conjunção e Interjeição*. Mais tarde, o italiano Carliño <sup>10</sup>, por exemplo admite (1533) *nove* partes, tal como o inglês Palsgrave <sup>11</sup> e o francês Robert Estienne <sup>12</sup> que acrescentam às oito partes também o *Artigo*. O castelhano Nebrija admite dez partes, não distinguindo a interjeição do advérbio, mas acrescentando o *Gerúndio* e o *Nome Participial Infinitivo*. Entre os portugueses, João de Barros admite também dez partes, seguindo, no entanto, um critério diferente do de Nebrija, isto é, conservando as oito partes consideradas em geral pelos gramáticos latinos mas, numa clara apreciação da realidade linguística, acrescentando-lhe o *Artigo* (não existente em latim) e distinguindo, no *Nome*, o *Substantivo* e o *Adjectivo* como partes independentes.

A flexão do nome (*Substantivo e Adjectivo*) e do *Verbo* foi outra das questões gramaticais que constituíram para os Gramáticos, até ao século XVIII, motivo de reflexão e discrepância. A «declinação» do *Nome*, através da *função* determinada pelas preposições (*à rainha, da rainha etc.*) é apresentada pela maior parte dos gramáticos do Renascimento e, o que é mais, confundida em muitos casos com a noção de conjugação. Assim, Nebrija afirma que «o Verbo... se declina por modos y tiempos», enquanto Barros dirá que o nome «se declina por casos sem tempo» e que o «Verbo não se declina mas

conjuga-se». Com efeito, a confusão ou sobreposição das noções de declinação e conjugação vinha já da Antiguidade. Prisciano <sup>13</sup> afirma (VIII, 1, p. 369): «Verbum est pars orationis cum temporibus et modis, sine casu», afirmando no entanto a seguir (VII, 83, p. 442): «Conjugatio est consequens verborum declinatio». Parece isto, pois, significar que, embora os gramáticos latinos houvessem já pressentido a diferença entre Conjugação e Declinação, só os gramáticos do Renascimento iriam esclarecê-la e, entre nós, é João de Barros que distingue perfeitamente as duas noções, antecipando-se na solução lógica do problema.

Se o primeiro problema posto pelo verbo é o do próprio conceito de *conjugação* e Barros insiste na diferença entre conjugação e declinação ao qual já se referia ao tratar do *Nome*, o segundo problema diz respeito ao número de conjugações. O autor anónimo da primeira Gramática italiana propõe *duas*, afastando-se, por consequência, da tradição das *quatro* conjugações latinas. Trissino, porém, propõe *três*, sistema que se manteve e que provém da fusão da 2.<sup>a</sup> e da 3.<sup>a</sup> conjugações latinas. É esta a posição de Barros.

A classificação dos verbos em *substantivos* e *adjectivos* (correspondendo à noção moderna de frase nominal e frase verbal), *pessoais* e *impessoais* e *activos* e *neutros*, insere-se perfeitamente no uso gramatical do Renascimento, ainda não totalmente liberto da rigidez dos esquemas latinos. Com efeito, o termo verbo-substantivo, designando o verbo *ser* é devida a Prisciano. No entanto, essa rigidez continua a existir, uma vez que os gramáticos conservam, tanto quanto

possível, os quadros latinos, desprezando as formas compostas dos tempos do perfeito e da voz passiva. Barros afirma, pois, que em português não há verbos passivos e que a sua função é suprida «*per rodeo*». Considera, por consequência, apenas os tempos constantes dos esquemas gramaticais do latim: *presente, imperfeito, perfeito, mais-que-perfeito, futuro*. Todos os outros tempos, que constituem criações românicas, são considerados *rodeos* ou *soprimentos*.

A questão da terminologia e classificação dos pronomes e o problema sintático da concordância foram ainda outras das muitas questões da problemática gramatical a que os gramáticos do século XVI souberam dar solução ou, pelo menos apontá-la, criando o firme alicerce dum edifício que se mantém ainda hoje — suporte do pensamento lógico e da perfeição formal do raciocínio.

### III — O PROBLEMA ORTOGRÁFICO

Ao compulsarmos os títulos de obras gramaticais aparecidas na Europa a partir de 1495 (*Regole...*), verificamos que, acessoriamente aos problemas da gramática, se punha o problema ortográfico. A anarquia ortográfica, proveniente da ruptura entre as línguas vernaculares e qualquer forma de codificação, durante a Idade Média, tornava-se agora num grave inconveniente, mais sensível após o aparecimento da imprensa e a consequente difusão ou multiplicação das obras em vulgar.

Contudo, o problema da escrita e da sua importância foi desde sempre sentido e, paralelamente ao da origem, os homens puseram o problema da linguagem escrita, isto é, «fixada», tornada permanente através de um certo número de *actos* que assumiram, em certas civilizações, um carácter ritual. Nicóstrata<sup>14</sup>, cuja lenda é referida por Fernão de Oliveira, João de Barros e Nunes de Lião, teria introduzido o uso das letras em Itália.

Ora, para além da sua origem, a escrita pressupõe uma representação gráfica da pronúncia. Daí a necessidade de adoptar um sistema ortográfico capaz de reduzir ao mínimo o desacordo entre a palavra e a linguagem escrita. Nesse ponto encontramos como que uma unanimidade entre os ortografistas: a melhor grafia é aquela que mais se aproxima da pronúncia. Acordo teórico apenas, pois na prática a formulação de regras capazes de salvaguardar esse princípio varia de autor para autor. Dificuldade agravada pela verificação empírica de que as línguas, estando sujeitas a uma lei de mobilidade como que biológica, dificilmente suportam uma fixidez gráfica. Agravada ainda pelo facto de que o ortografista se encontrava dividido entre a *tradição* ou o *costume* ortográfico, a *etimologia* (revalorizada pelo culto das letras antigas e das tradições clássicas) e as *realidades fonéticas* da língua, que presenciava e não procurava ignorar.

Electivamente, as realidades linguísticas da România apresentavam-se completamente diferentes das latinas e era, por conseguinte, necessário encontrar novos símbolos e representações gráficas que correspondessem e pudessem representar o novo sistema fonológico.

É por isso que as principais fontes gramaticais clássicas (Quintiliano, Escauro, Vélío, Longo, Varrão, Prisciano, entre outros), se dificilmente poderiam ser abandonadas, dificilmente também poderiam ser seguidas sem adaptação. Foram, pois, submetidas a uma crítica e a sua doutrina a inevitáveis modificações.

Para essas adaptações, que pressupõem inovações, afigura-se indiscutível a influência italiana. O próprio Nebrija passou em Itália vários anos e a análise da doutrina gramatical dos primeiros gramáticos portugueses denuncia claramente essa influência.

Ora, o problema ortográfico, mais do que qualquer outro, concentrava a atenção dos proto-gramáticos do Renascimento, já por não poderem socorrer-se do apoio autorizado dos Antigos, já porque se impunha cada vez com mais urgência uma uniformização da linguagem escrita.

E, assim, muitas obras gramaticais se dedicam, não só em Portugal como em Itália, França e Castela, à ortografia das línguas vulgares. Nesse domínio se estabelece a mais generalizada e importante polémica, em que a um acordo de princípio corresponde um desacordo de soluções práticas que só a muito custo irão convergir. Os gramáticos portugueses não se alhearam do problema: bem ao contrário, visto que o sistema fónico do português e, principalmente, a abertura e fechamento das vogais, vinha pôr problemas e impor soluções diferentes das outras línguas afins.

A *Ortografia* de Duarte Nunes de Lião é uma obra autónoma, cujo subtítulo contém já implícito o respectivo plano: *Reduzida a Arte e Perceptos*. Quer dizer, o autor teve em vista apresentar noções teóricas (*arte*), seguidas de normas práticas (*perceptos*). O que fez e faria também na *Origem*, em que é notória a dupla e distinta feição teórico-prática.

Começando por dissertar, numa espécie de prólogo, a nível quase especulativo, sobre as

características da comunicação por meio da linguagem e da sua representação por escrito, ocupa-se seguidamente das «Regras», sempre fundamentadas em razões de lógica ou de erudição (etimologia).

Por seu lado, dado o carácter eminentemente pedagógico e estritamente didáctico da sua *Gramática*, João de Barros evita toda a prolixidade. Considerações de ordem mais geral, reserva-as para o *Diálogo em louvor da Nossa Linguagem*, publicado em apêndice à *Gramática*, a qual, desse modo, conserva a feição linear e simplificada, baseada em esquemas e paradigmas, conveniente a um verdadeiro livro de estudo. Contudo, não é só no *Diálogo* que Barros se ocupa, de forma mais especulativa, dos problemas da linguagem. Na sua obra restante, nomeadamente nas *Décadas*, com frequência se abandona a reflexões de carácter linguístico. O passo que a seguir transcrevemos pode aproximar-se das ideias expressas por Nunes de Lião na introdução da *Ortografia*. «o qual artificio [da invenção da escrita] pero que a invenção dele se dê a diversos autores, mais parece per Deus inspirado que inventado per algum humano intendmento; e que, como lhe aprouve que, mediante o pàdar, língua, dentes e beiços, um respeito de ar movido dos bofes causado de ùa potência a que os latinos chamam *affatus*, se formassem palavras significativas, pera que os ouvidos, seu natural objecto, representassem ao intendmento diversos significados e conceitos, segundo a disposição delas, assi quis que, mediante os caracteres das letras de que usamos, dispostas na ordem significativa da valia que cada nação deu ao

seu alfabeto, a vista, objecto receptivo destes caracteres, mediante eles, formasse a essência das cousas e os racionais conceitos, ao modo de como a fala em seu ofício os denuncia». <sup>15</sup>

Ora, relativamente à problemática da ortografia verificamos que os italianos enfileiram no que pode chamar-se «partido inovador» tendendo a aproximar a grafia o mais possível da fonética da língua: ortografia fonética; os franceses, com algumas excepções, e também Nebrija, com certas reservas, inclinam-se para a grafia etimológica ou histórica, que consideram como um brasão de latinidade.

Tolomei, por exemplo, insiste numa reforma, mas hesita em propô-la ele próprio. Não obstante, a verdade é que desde a gramática toscana anónima de 1495 encontramos tentativas de introdução de novos signos para a representação das vogais abertas e fechadas.

Em 1524 Trissino representa as vogais abertas *e* e *o* pelos caracteres gregos  $\epsilon$  e  $\omega$  considerando que os acentos não se prestam para diferenciar a abertura e o fechamento vocálicos. Tolomei, por seu lado, preferia o emprego de maiúsculas para a representação das vogais abertas. A este propósito, notemos que a doutrina de Tolomei parece estar subjacente à opinião expressa por Fernão de Oliveira, João de Barros e Nunes de Lião ao referirem-se à designação de *grande* e *pequeno* como equivalente, respectivamente, a aberto e fechado.

É, contudo, notável que, apesar da controvérsia italiana de que são reflexo os gramáticos portugueses, a diferenciação entre *o* aberto e fechado e *e* aberto e fechado nunca houvesse sido referida



pelos franceses, à excepção de Meigret e Peletier. No caso de Nebrija que, igualmente, se lhe não refere, explica-se pela inexistência da oposição aberta/fechada no sistema vocálico castelhano.

De modo geral, encontramos entre os gramáticos do século, principalmente, as seguintes posições e soluções:

	<i>e</i> aberto	<i>e</i> fechado	<i>o</i> aberto	<i>o</i> fechado
Trissino	ε	e	O	ω
Salviati	e	ε	ω	o
Tolomei	E	e	O	o
Gilio	E	e	O	o
Varchi	e	E	o	O
Peletier	ϵ	<i>e</i> (mudo)		

Donde concluímos que, mais uma vez, os gramáticos do Renascimento nunca deixaram de pôr problemas e de propôr soluções, numa busca incessante de «normalização» ortográfica.

Deste quadro infere-se que os gramáticos italianos e franceses consideraram, de acordo com o sistema fonológico das línguas respectivas, a abertura e o fechamento apenas para o caso de *e* e de *o*. É, por conseguinte, de notar que Fernão de Oliveira, João de Barros e Magalhães de Gândavo se tenham referido também a *a* aberto e *a* fechado, numa clara aproximação da realidade fonológica da língua portuguesa.

Pelo esquema apresentado verifica-se ainda que, por exemplo João de Barros, ao propor as designações de *grande* e *pequeno*, respectivamente para

aberto e fechado, parece reflectir, como já vimos, uma influência da doutrina de Tolomei, embora a representação gráfica seja diferente e se aproxime da de Peletier (1515), utilizando o acento agudo e o circunflexo para marcar a abertura e o fechamento de *o* e de *a*, e utilizando a vírgula invertida sotoposta para *e* aberto. Portanto:

Abertas	Fechadas
á	â
ó	e
ϵ	ô

Ao contrário dos anteriores, Nunes de Lião não considera válida a distinção entre *a grande* e *pequeno*, afirmando categoricamente que essa variação procede apenas da posição dentro da palavra, porque «nas vogais, nenhuma diferença temos dos latinos». Acrescenta que «o ser grande e pequeno» consiste na «longura e espaço da pronúncia e não na maneira dela». De onde concluímos que, por um processo de recessão, Nunes de Lião regressa à posição etimológica, no seu sentido restrito, isto é, reivindica para o português a noção de quantidade vocálica existente em latim.

A mesma atitude assume em relação a *e* e a *o*. Ignorando, pois, a noção de timbre, definida por Fernão de Oliveira, João de Barros e Gândavo, confunde-a de novo com a de quantidade.

Quanto ao problema da oclusiva gutural surda *k*, *c* ou *qu*, ele é já uma herança dos gramáticos latinos que se haviam referido, com frequência, à necessidade ou, pelo menos, à possibilidade de

abolição de *qu*. Essa controvérsia passara directamente para os gramáticos renascentistas.

Com efeito, já Varrão, Quintiliano, Prisciano e Isidoro tinham assumido uma posição semelhante entre si, a qual por sua vez se reflecte em Nebrija. De facto, nas *Reglas de Orthographia en la lengua castellana* (1517), o gramático afirmaria que um *k* e *qu* não têm utilidade na língua castelhana. Pelo contrário, Alejo Vanegas,<sup>17</sup> no seu *Tratado de Orthographia y acentos en las tres lenguas principales* (latim, grego e castelhano) *aora nuevamente compuesto* (1531 e 1592), preconiza o uso tradicional de *qu*.

Quanto aos italianos, Tolomei foi o primeiro a referir-se à questão e a pô-la em termos semelhantes aos que João de Barros irá adoptar. A supressão de *qu* e de *k* e, em consequência, a atribuição do seu valor gráfico a *ç* em todas as posições provoca, evidentemente, como resultado, a necessidade de utilizar *ç* antes de *e* e de *i*, com valor de fricativa ou de africada. Efectivamente, para Barros, *c* terá sempre a função de *qu* (=k); a cedilha, em qualquer posição, assinalará o som «ceçado» que, segundo ele, é próprio do falar cigano de Sevilha.

Por seu lado, Nunes de Lião considera o emprego de *c* e de *i* como «adulterina pronunção», e assume, por consequência, uma posição contrária à do seu antecessor. Não admite, pois, a supressão de *qu*, mas a razão apresentada para contrapor às de Barros parece artificiosa e ligada, sem dúvida, a uma preocupação etimológica: «a nós é necessária assim para escrevermos todas as dicções que os Latinos por ela escreviam». Razão de teor semelhante, aliás, às que apresentara para negar a existência de vogais

abertas e fechadas, isto é, *grandes* e *pequenas*, em português.

Relativamente à terceira questão ortográfica — a distinção de *i* e de *u* semi-vogais, de *j* e de *v* consoantes, assim como a conservação de *y* — já em 1465 Leon Battista Alberti<sup>18</sup> insistira na necessidade de diferenciar *u* consoante e *u* vogal. Fortunio propusera a distinção também de *i* e de *j*, assim como de *s* e de *z*; Nebrija atribuíra valores vocálicos e consonânticos conforme os casos, a *i*, *j*, *u*, *v*.

Contudo, em posição intervocálica, o gramático castelhano reconhece ainda a utilidade do emprego de *y*. Este problema, no entanto, assume aspectos menos polémicos que os anteriores e depende, muitas vezes, apenas de uma questão caligráfica ou tipográfica.

Do mesmo modo, João de Barros, enquanto relativamente às questões anteriores toma uma posição definitiva e intencionalmente doutrinária, pelo contrário, neste caso, parece não ter opinião segura e definitiva. Diz: «(*y*) serve no meio das dições às vezes (...); *i* serve no fim das dições sempre».

Gândavo torna perfeitamente clara a sua doutrina, já muito próxima da de Lião, preconizando o uso de *y* apenas entre duas vogais.

Nunes de Lião, acha-se, por conseguinte, numa posição muito mais próxima dos critérios ortográficos actuais: distingue acústica e graficamente *i* de *j*; distingue, paralelamente, *u* de *v*; utiliza *y* somente para vocábulos de origem grega.

De um modo geral, e tendo em vista os critérios ortográficos dos seus dois antecessores, podemos verificar que a ortografia de Nunes de Lião apresenta

uma feição notavelmente moderna e não difere substancialmente da que foi utilizada até às reformas ortográficas do nosso século, principalmente, ao que nos parece, por dois aspectos fundamentais (em que residia o «exotismo» dos restantes sistemas ortográficos referidos): o uso dos acentos, que passam a marcar não a abertura mas a tonicidade; e o estabelecimento das normas actuais do uso de *ç* (conservando *qu* e abolindo *k*).

Separa-os mais de meio século fecundo em inovações e conquistas culturais. Se a obra de Barros é nitidamente *renascentista*, a de Nunes de Lião é já decisivamente *moderna*, especificamente *barroca*, no esforço a cada passo demonstrado para relacionar graficamente as formas portuguesas com os seus étimos latinos. Isto é, tentando restituir à sua forma erudita a terminologia já tradicional, procurando para o vocabulário, sintaxe e fisionomia ortográfica uma filiação «genealógica».

Situada entre ambas, a obra de Gândavo apresenta-se como documento expressivo duma cultura em expansão «democrática», visando objectivos estritamente didácticos.

#### IV — DEFESA E APOLOGIA DA LÍNGUA

«À la lecture des grammaires parues au cours du XVI<sup>e</sup> siècle, on est frappé du ton d'ardent patriotisme.»<sup>19</sup> Esta observação, que se apresenta evidente a todos os que se ocupem do estudo das ideias gramaticais quinhentistas, já se impusera no breve apontamento de Leite de Vasconcelos sobre o assunto: «Este período da história da nossa Filologia pode caracterizar-se pelo seguinte: preocupação, nos gramáticos, da semelhança da gramática latina com a portuguesa [...]; disciplina e autoridade gramaticais; o estudo cada vez mais profundo da lexicologia; e sentimento patriótico da superioridade da língua portuguesa em face das outras, principalmente da castelhana.»<sup>20</sup>

Verifica-se, contudo, que esse tom de patriotismo acentuado de que se faz eco nas gramáticas europeias do século XVI parece estar ausente, ou, pelo menos, encontra-se diluído e mitigado na exposição gramatical de Barros. Considerando, porém, a *Gramática* intencionalmente aglutinada ao *Diálogo*, verificamos imediatamente que

a objectividade pedagógica que Barros observou na Gramática excluía todo o entusiasmo que reservava para o *Diálogo*, seu complemento. Nele, finalmente, se propõe louvar «a nossa linguagem [...] com que léve máis ornáto que as régras gramaticáes».

Tal sentimento patriótico objectiva-se e manifesta-se principalmente sob dois aspectos distintos:

- A — defesa e ilustração apologética da língua;
- B — expansionismo linguístico, isto é, consideração da língua como elemento de unidade, expansão e fixação de soberania.

Com efeito, a glorificação nacionalista da língua portuguesa, empreendida no *Diálogo*, constitui como que uma tomada de posição da parte de João de Barros na polémica que se esboçava entre os doutos portugueses de quinhentos. Efectivamente, a par da glorificação da língua, de que foi principal paladino António Ferreira,<sup>21</sup> verificou-se também por outro lado um menosprezo pela língua natal.

Uma das máculas imputadas à língua portuguesa era a pobreza vocabular — que Barros rebate mas que, como bem observa Asensio, parece reconhecer logo a seguir — e a falta de ornato. António Pinheiro<sup>22</sup> protesta, precisamente, contra «a falsa e vã opiniám que da nossa lingoa muitos conceberam, tachando-a de pobre, não copiosa, dura, não ornada, injuriando-a de bárbara, grosseira».

Barros coloca-se, pois, decisivamente, entre os apologistas e defensores da língua, apontando

sistematicamente todas as perfeições e belezas que se lhe apresentam e que podemos considerar o ponto de partida de todos os que, desde então, se ocuparam do elogio da língua.

Para a língua portuguesa Barros aponta e demonstra, principalmente, seis motivos de louvor:

- riqueza vocabular;
- conformidade com a língua latina e filiação nela;
- gravidade e majestade;
- sonoridade agradável;
- capacidade de abstracção;
- possibilidade de enriquecimento do vocabulário por meio de adopções e adaptações (sobretudo de latinismos).

Não podemos, contudo — e muito menos no caso português —, dissociar o nacionalismo do ideal unificador e expansionista.

Seguindo a lição dos Antigos, muito principalmente a dos Romanos, os homens do Renascimento concluem que a língua é, antes e depois de tudo, o mais importante elo entre os homens e um instrumento unificador, conceito claramente expresso por Kuckenheim: «La Renaissance avait appris aux peuples de l'Europe que les Grecs, ayant bien réglé leur langue, l'avaient introduit à Rome, et que les Romains, à leur tour, avaient imposé leur idiome aux peuples vaincus: c'est ainsi que les grammairiens en venaient à admettre qu'une langue bien codifiée est un excellent moyen d'expansion nationale.»



É o que Nebrija admiravelmente traduz na expressão: «siempre la lengua fue compañera del império». <sup>23</sup>

Ora, enquanto nos restantes povos da Europa, sobretudo França e Itália, o objectivo dos gramáticos era unificar a Nação por meio da língua, verificamos que tal finalidade não tem, na Península, o mesmo valor, dado que Portugal é, como sabemos, o país europeu de fronteiras fixas mais antigas, e que o problema da unidade espanhola, em vias de efectivação, era, de longe, superado pelo ideal expansionista que culminou com os Reis Católicos.

A codificação e, logo, a fixação duma língua dignificada pelo uso e pela gramaticalização, visava, pois, a nosso ver, um objectivo mais lato, isto é, a «transmissão» da língua como instrumento e como veículo cultural.

A intenção estritamente pedagógica, tantas vezes acentuada pelo autor a propósito da elaboração da Gramática, conduziu-o a uma redacção cuja concisão deliberada o impediu de expor um certo número de ideias de carácter geral e não meramente pragmático.

Não é tal, por exemplo, a apresentação da *Gramática Castellana* de António de Nebrija, que inclui numerosas reflexões para além do âmbito meramente normativo.

O *Diálogo* constitui, pois, ao que parece, o complemento de certo modo especulativo, embora também muitas vezes prático, da *Gramática*, que destinara a «mininos e moços» e que, intencionalmente, despojou de toda a prolixidade. Intenta, pois, neste *Diálogo*, louvar «a nossa

linguagem que temos pósta em arte, com que léve máis ornáto que as régras gramaticáes».

Barros não considera, efectivamente, terminada com a *Cartinha* e a *Gramática* (obras didácticas no sentido restrito) a missão de pedagogo que se atribuiu. Com o *Diálogo da Viçiosa Vergonha*, que parece ter sido composto antes do *Diálogo em louvor...* Barros tenciona estabelecer regras sãs de vida para a juventude e planeia completá-lo com outros dois que não chegou, com toda a probabilidade, a escrever: «E a estes preceitos gramaticais (incluídos na *Gramática*) e Diálogo da Viçiosa Vergonha [...], quiséra ajuntár outros dous, um, da Viçiosa Verdáde, e outro destas duas palávras Si, Nam.»<sup>24</sup>

Muitas das intenções planificadas por João de Barros, estavam, no entanto, destinadas a nunca virem a ser integralmente realizadas, como aconteceu com a monumental estrutura histórica de que só chegou a apresentar, com a *Ásia*, uma quarta parte. O próprio Barros se apercebe da distância entre as suas intenções e as suas realizações, afirmando «ter mais cabedal em desejos que faculdade e tempo para esse ofício de escritura».

O *Diálogo em louvor...*, porém, surge, antes de mais, como correspondendo a uma necessidade de Barros se completar e se esclarecer a si próprio como autor da *Gramática*.

Assim, depois da intenção pedagógica reafirmada logo no início do *Diálogo*, Barros ocupa-se do problema da origem das línguas, baseando-se fielmente na escritura, embora evidenciando uma elasticidade de espírito tipicamente humanística. Directamente relacionado com este, Barros refere-se

depois ao problema da diferenciação das línguas, que explica, segundo a generalidade dos autores, pelo mito da Torre de Babel.<sup>25</sup>

Afigura-se, no entanto, que, uma vez diferenciadas as línguas, Barros admite a noção de evolução e filiação linguística, embora confundindo essas noções com a ideia de corrupção. Assim, atribui, sem sombra de dúvidas, ao português a paternidade latina, «cujos filhos nós somos», embora admita a introdução de termos de diferentes origens, nomeadamente do grego, do hebraico, do mourisco e das línguas dos povos com quem os portugueses recentemente haviam travado contacto. Não obsta isto, porém, a que continue a considerar como língua mais perfeita «â que máis se confórma com a latina».

Entra a seguir, propriamente, na parte de louvor da língua portuguesa. A posição de João de Barros no que respeita a este ponto, parece que se insere na polémica mais ou menos latente durante os séculos XVI e XVII entre os decididos apologistas da língua nacional e os que reconheciam a superioridade da castelhana como língua de maior circulação, expressividade e riqueza. Contra esses, opõe-se vigorosamente João de Barros, atribuindo à língua portuguesa, como qualidades essenciais, riqueza vocabular, conformidade com o Latim, gravidade e majestade, sonoridade agradável, capacidade de exprimir ideias abstractas, possibilidade da formação de novos vocábulos. Note-se, porém, que, paradoxalmente e numa fugidia alusão, Barros parece contradizer-se no seguinte passo: «Aqui nestes três respetos de vergonha vam três partes suas que nam especificamos em nome, pero que disséssemos seus

efeitos, por nam termos a cópia de vocábulos que tem os Gregos e Latinos [...]» Reconhece, pois, que o português é vocabularmente mais pobre que aqueles dois idiomas.

Refere-se a seguir ao problema da adopção de neologismos cultos, que preconiza desde que «a orelha bem receba» esses novos vocábulos.

Esta reflexão relaciona-se de perto com o problema do uso e da gramática, o qual «fáz as cousas tam naturáes como a própria natureza».

Seguindo na esteira de Lorenzo Valla e de Nebrija, João de Barros estende o seu louvor à língua, considerando-a como «o máis çerto sinál [...] testemunho de sua vitória».

Depois de deixar-se discorrer sobre problemas linguísticos deste tipo, próximo, muitas vezes, da especulação, o génio concreto de Barros recondu-lo à esfera pedagógica de que nunca se afasta por muito tempo e faz uma crítica acerba à impreparação dos mestres de ler e escrever: «Nem todolos que insinam ler e escrever nam sam pera o offício que tem [...]. Ua das cousas menos oulháda que [h] á nestes reinos é consintir, em todalas nóbres vilas e çidádes qualquéer idióta e nam aprovádo em costumes de bom viver poer escóla de insinár meninos [...]. [E...] leiam os diçípulos danádos pera toda sua vida [...]» A mesma ideia será retomada mais tarde numa breve alusão nas *Décadas*, em que se refere à necessidade de preparação especializada dos mestres. «[...] na Gramática, na Lógica e na Retórica, etc., somente julgam os professores dela e não o vulgo».

A última parte deste *Diálogo* é, por consequência, quase um ensaio sobre a pedagogia

das primeiras letras. Barros, depois de ter afirmado a necessidade de fazer preceder o ensino do Latim pelo do português, faz a apologia da brandura no ensino; preconiza o método indutivo, e aconselha a precedência do ensino da letra redonda sobre o da letra tirada, contrariamente ao método geralmente seguido.

Menos notável no seu tempo que João de Barros e menos aventureiro que Fernão de Oliveira, Pero Magalhães de Gândavo, filho de pai flamengo, era natural de Braga, onde nasceu em data incerta. Não se conhece tampouco a data da sua morte mas vivia decerto ainda em 1576. Barbosa Machado poucas informações biográficas nos dá acerca do homem, que apenas sabemos que teve uma escola pública na província de Entre Douro e Minho. Esteve no Brasil antes de 1569 e, ao voltar, foi funcionário na Torre do Tombo. Modesto e obscuro, Gândavo viveria apenas na sua obra a que os brasileiros deram necessário relevo, visto ter sido o primeiro a escrever uma história do Brasil: *Tratado da Província do Brasil*, inédito até ao século XIX e *História da Terra de Santa Cruz*, impresso em 1576.

A sua obra gramatical é constituída pelas *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da língua Portuguesa, com hum Diálogo que adiante se segue em defensam da mesma língua. Em Lisboa. Na officina de António Gonsalves. Anno de 1574.*

O único exemplar conhecido da primeira edição existe na biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa,

existindo edições posteriores de 1590, por Belchior Rodrigues e Alexandre de Siqueira (1592).

Tal como João de Barros, embora numa dimensão de modéstia, a obra de Pero Magalhães de Gândavo apresenta-se em duas secções independentes e de objectivos perfeitamente diferenciados.

A primeira é um pequeno tratado ortográfico que confronta o autor, muito claramente, com uma experiência didáctica. Pretende não fazer doutrina, mas ensinar a escrever bem e pronunciar correctamente, restaurando o prestígio da língua, para que os portugueses deixem de cometer erros que a deslustram e os deslustram. Dirige-se especialmente aos que «não sam Latinos», porque os erros mais comuns provêm da ignorância dessa língua. Aqui verificamos que Magalhães de Gândavo se coloca numa posição ortográfica perfeitamente diferenciada da que encontraremos em Nunes de Lião, que se dirige a conhecedores do Latim e evidencia uma notável erudição. Coloca-se também numa posição diferenciada em relação a João de Barros, cuja posição é mais *fonética* que *etimológica*, tentando uma conciliação entre a raiz latina do vocábulo e aquilo que «a orelha bem receba».

No *Diálogo*, em que exercita, como o grande mestre, o estilo coloquial, Gândavo pretende mostrar a ilustração da língua portuguesa, a sua apropriação para os géneros heróico e cómico, bem como a sua adaptação aos ritmos do lirismo. Mas, enquanto Barros tentava demonstrar as excelências da língua portuguesa a partir da sua «conformidade com o latim» e em confronto com as outras línguas,

Gândavo restringe-se à polémica da competição entre o português e o castelhano, colocando-se numa posição inteiramente pragmática: efectivamente — e no século seguinte, pelo menos na primeira metade, os factos vieram demonstrá-lo — era a língua castelhana e não outra qualquer que punha em risco o prestígio e circulação do português. É, pois, significativo que, enquanto no *Diálogo* de Barros os interlocutores são *António* e o *Pai*, que dialogam em tom dialéctico e elegante, no de Gândavo, os interlocutores são um *Português* e um *Castelhano*, que se envolvem numa clara discussão de rivalidades. Parece evidente que a fórmula de Gândavo, menos erudita, se tornou mais popularizante, jogando com um certo número de coordenadas da psicologia colectiva.

Quanto a Fernão de Oliveira e Nunes de Lião, no que diz respeito ao problema da apologia da língua, o processo ou fórmula utilizados foram diferentes. A apologia e defesa da língua não dão lugar à construção duma obra independente, mas encontram-se incorporadas no decorrer da obra respectiva. Na *Gramática* de 1536 surgem aqui e ali, ao sabor da pitoresca indisciplina mental do seu autor. Na do erudito Nunes de Lião surgem dialecticamente architectadas, segundo uma determinada linha de raciocínio. Assim, se Gândavo, como vimos, limita a sua defesa em face do castelhano, Nunes de Lião, pelo contrário, encontra uma forma mais hábil de chegar à mesma conclusão, mostrando a maior expressividade do português em

relação ao latim, a sua maior riqueza, a sua capacidade de adaptação de vocábulos exóticos e, finalmente, a sua *dificuldade* — a qual já Gândavo acentuara — qualidade que parece ser para os gramáticos do século XVI um sinal de nobreza. Assim, «discretamente», Lião acaba por mostrar «que não é falta da bondade da língua portuguesa não ser comum a tantas gentes como a castelhana».

Tal raciocínio, rodeado e escamoteado, tinha, como é evidente, uma boa razão na situação política vivida pelo Autor, que em não pouco influenciou a sua obra.

As apologias, defesas e louvores constituíram, pois, um dos sectores paralelos à gramática, representando como que a fundamentação teórica ou razão justificativa da criação da *gramática das línguas vulgares*.



V — FERNÃO DE OLIVEIRA E  
A «PRIMEIRA ANOTAÇÃO  
DA LÍNGUA PORTUGUESA»

Fernão de Oliveira foi filho do juiz de órfãos de Pedrógam, Heitor de Oliveira, e nasceu provavelmente em Aveiro, em 1507. Morreu cerca de 1580 ou 1581. Foi, contudo, na Beira que decorreu a sua infância, conforme ele próprio testemunha no capítulo XLVII da Gramática: «Contudo, sendo eu moço pequeno, fui criado em S. Domingos de Évora, onde faziam zombaria de mim os da terra, porque o eu assim pronunciava, segundo que o aprendera na Beira.»

De qualquer modo, aos treze anos de idade entrou como noviço no convento dos Dominicanos em Évora — os quais seriam mais tarde seus implacáveis perseguidores. Aí, foi discípulo de André de Resende, que muitos anos depois viria também testemunhar contra o frade desfradado e talvez hereje.

É, contudo, só em 1532, já homem, que abandona o convento e se refugia em Espanha. Terá

sido durante a estadia nesse país que deu início à redacção da sua *Gramática*? Galindo <sup>26</sup> faz essa dedução, embora o argumento apresentado não seja suficientemente probante: «Oliveira cita Nebrija a propósito das letras latinas. O modo de falar de Oliveira em tal passo e também quando alude aos que não se lembram de sua terra a que muito devem, faz pensar que Oliveira escreveu a sua obra achando-se em Espanha e talvez em Toledo.» Interpretando, porém, outro passo da obra de Fernão de Oliveira, parece, pelo contrário, que a *Gramática* foi redigida em Lisboa, onde viria a ser publicada, em Janeiro de 1536: «Ainda, porém, que nesta cidade houve ou cuidou que haja e viva uma mulher que se chamava Cataroz.» (capítulo XLIV). Aqui, o autor exemplifica uma excepção da língua portuguesa, donde se torna evidente que *esta cidade* é em Portugal.

Secularizado por Paulo III, o egresso da Ordem dos Pregadores dedica-se então a leccionar jovens fidalgos, filhos e filhas de alguns senhores principais desta terra, entre os quais D. Antão de Almada (filho de D. Fernando de Almada, por sugestão do qual publicará a *Gramática*), os filhos do barão do Alvito e os de João de Barros. Nesta época parece ter gozado de uma certa estabilidade, a qual nunca mais reencontraria.

Por volta de 1540 ou 1541 parte para Itália, talvez em serviço secreto de D. João III, na complicada questão que este rei manteve com a Santa Sé a propósito dos cristãos novos <sup>27</sup>. Talvez em virtude do carácter secreto desses serviços o seu

nome não apareça mencionado na documentação relativa a esse assunto.

Regressa a Portugal em 1543, acompanhando o núncio Lippomani e, em Lisboa, abandonado pelos amigos, criando inimizades e conflitos pelo seu temperamento irrequieto e arrebatado, mal visto pelos dominicanos, onipotentes no Santo Ofício, atravessa dois anos de penúria.

Em 1545, com o nome de Capitão Martinho, alista-se a bordo duma nau francesa, sob o comando de Saint-Blancard, na frota de Antoine Escalin, barão de La Garde. Vai, porém, ter a Londres, e frequenta a corte de Henrique VIII. A dissidência do rei inglês em relação a Roma parece quadrar-se com as opiniões pessoais de Fernão de Oliveira, que então denuncia certos aspectos do ritual e do conceituário católico. Morto Henrique VIII, volta a Portugal; e, talvez duvidoso do acolhimento que o esperava, faz-se acompanhar, em 1547, de uma carta credencial para D. João III, passada pelo jovem rei Eduardo. Não obstante, logo nesse ano é denunciado e preso pela Inquisição (Ordem de S. Domingos). Tendências religiosas consideradas heréticas? Apologia audaciosa da política religiosa dissidente de Henrique VIII? Ressentimento dos dominicanos? O certo é que Fernão de Oliveira é preso por tempo indeterminado, cumpre a pena durante três anos, findos os quais, por motivos de saúde, é transferido para o Mosteiro de Belém, em reclusão. Um ano depois é-lhe concedida liberdade condicionada.

Em 1552 parte para o Norte de África, na qualidade de capelão; e, feito prisioneiro, vem a Lisboa para negociar o resgate e fica em Portugal.

As suas desventuras, porém, prosseguiriam: em 1554 é denunciado como cismático por um falso amigo. Consegue, no entanto, durante uns meses ser nomeado revisor na Universidade de Coimbra, onde ensina Retórica. Volta ao cárcere, de 1555 a 1557. O seu rasto torna-se agora mais incerto e duvidoso. Em 1565 sabe-se que «lia casos de consciência» na escola dos espatários em Palmela e recebia uma tença de D. Sebastião.

A obra de Oliveira é, efectivamente, um conjunto de curiosas e judiciosas reflexões, de tipo ensaístico. Em suma: uma miscelânea linguística e cultural.

Inicia-se por uma parte preambular (ausente da gramática tipicamente escolar do seu sucessor), em que define a linguagem. «A linguagem é figura do entendimento»<sup>28</sup>; e expende considerações, apoiado na autoridade dos filósofos antigos, sobre a formação das línguas. Seguem-se algumas páginas sobre «o modo de falar dos portugueses» e a formação do reino. Só depois de se referir à origem dos nomes de Lisboa, Lusitânia, Portugal, de fazer um breve resumo da História dos primeiros reinados, de tomar como exemplo a perdurabilidade da glória romana, devido à imposição da língua aos vencidos, se propõe definir gramática. Refere-se, em seguida, ao papel de D. Dinis e D. João III no desenvolvimento da instrução e segue um pormenorizado estudo da pronúncia, articulação e grafia dos sons portugueses, a parte talvez mais original da sua obra.

Mesmo aí não exclui digressões de tipo histórico-cultural, as quais vêm, naturalmente,

interromper a sistematização da matéria. À extensa parte dedicada à descrição fonética segue-se um breve estudo da morfologia, ou melhor, de alguns problemas morfológicos, sem sequência ou planificação: derivação e composição, flexão dos nomes, alguns pronomes, plural dos nomes terminados em *ão* e em consoante, conjugação dos verbos. Termina com uma página dedicada à construção (sintaxe).

Por outro lado, um dos aspectos curiosos da obra de Oliveira consiste na adoção de uma nomenclatura original, muito expressiva e notavelmente inovadora (palavras *apartadas* e *juntas*, *mudadas*, *primeiras*, *tiradas*), a qual, não virá a ser utilizada pelos gramáticos posteriores.

Eminentemente pragmática, baseada numa experiência pedagógica e humana, a obra de Fernão de Oliveira, que ele modestamente qualifica de «primeira anotação da Língua Portuguesa», deixando para a de João de Barros o título de «primeira gramática», é uma obra altamente expressiva dum espírito aberto e atento à realidade circundante — uma obra do Renascimento.

VI — A «SEGUNDA»  
GRAMÁTICA PORTUGUESA:  
JOÃO DE BARROS

João de Barros nasceu em Vila Verde, perto da cidade de Viseu, no nordeste de Portugal e morreu na sua quinta de Ribeira de Litém (ou Alitém), perto de Pombal.

Foi filho ilegítimo do fidalgo Lopo de Barros, sendo desconhecido o nome da mãe, e foi educado desde muito novo no paço real, por recomendação de seu pai que, antes de morrer, o confiou a D. João de Meneses, mordomo-mor do rei D. Manuel. Efectivamente, o seu biógrafo, Severim de Faria <sup>29</sup> atribui a João de Barros uma formação cultural especificamente áulica: «Costumavam naquele tempo os reis de Portugal mandar doutrinar os moços fidalgos e os da câmara (...) em toda a boa disciplina e tinham para isso mestres no Paço que lhes ensinavam as línguas, ciências matemáticas, letras humanas, dançar, jogar as armas e outros virtuosos exercícios. E os mestres tinham certo dia no mês em que el-Rei sabia deles quem bem exercitava estas

Artes ou quem se havia remisso ou negligente nelas.»

30

Essa formação cultural foi depois ampliada por um auto-didactismo de que as suas obras são documentos: a erudição clássica, através de um conhecimento detalhado dos autores latinos e alguns filósofos e historiadores gregos; a cultura escolástica e patrística, visíveis nos seus *Diálogos* morais, na *Cartinha* e na *Gramática*. A sua obra histórica documenta a fusão dessa cultura *humanística* com conhecimentos actualizados da ciência geográfica e etnológica resultante da ampla documentação a que teve acesso. Católico de feição erasmista, não deixando de submeter à análise crítica tudo o que não fosse dogma, toma parte, embora prudentemente, no gravíssimo conflito moral e religioso suscitado na época pelo problema judaico, e que culminaria com o rei D. João III. Essa posição levá-lo-á a manifestar, na sua obra *Contra o Talmud*, uma tendência para a solução pacífica e conciliatória de um problema que atormentava a sua consciência católica.

Cerca de 1516 era Moço de Guarda-Roupa do então príncipe D. João, futuro rei D. João III, e nessa altura compõe a sua primeira obra, *Crónica do Emperador Clarimundo* — segundo o seu próprio juízo, trabalho de ensaio para maiores coisas.

Casou em 1522 com D. Maria de Almeida, de família fidalga, oriunda de Leiria, de quem teve dez filhos: Jerónimo, António (interlocutores nos seus *Diálogos*, em cuja educação tomou parte activa, discípulos também de Fernão de Oliveira), João (morto na batalha de Alcácer-Quibir em 1578), Lopo

(casado e fixado em Goa), Diogo (morto também em Goa), Maria, Isabel e Catarina, sendo desconhecidos os nomes das duas outras filhas.

Já durante o reinado de D. João III, desempenhou cargos públicos da mais alta importância: Governador da Fortaleza de S. Jorge da Mina (Costa da Mina) em 1522 e Tesoureiro da Casa da Índia, Mina e Ceuta, cargo que exerceu de 1525 a 1528.

Segundo o seu biógrafo Severim de Faria, João de Barros teria feito uma viagem à Mina (e teria sido a única) onde cumpriu o triénio governativo, mas sobre essa sua deslocação não há documentação segura. Em 1525 encontram-lo em Lisboa, de onde se retira, em 1530, para a sua quinta em Ribeira de Litém, para fugir à epidemia de peste que então grassava. Regressa a Lisboa em 1532 e é empossado como Feitor da Casa da Índia, cargo que exerceu até 1567. Nessa data retira-se definitivamente para Ribeira de Litém, onde veio a morrer em 1570 ou 1571, sendo sepultado, de acordo com as suas disposições testamentárias, na capela de Santo António que ele próprio fundara.

A biografia de João de Barros, historiador, linguísta, pedagogo e moralista filosofante, actividades mutuamente tributárias, apresenta antes de mais o aparente paradoxo de que, embora não tenha, como a maior parte dos seus congéneres historiógrafos da mesma época, conhecido o Oriente nem o Continente Africano (sendo duvidosa a sua estadia na Costa da Mina), se mostra capaz de dar uma imagem exacta e rigorosamente delineada dos



povos que se tornam os *protagonistas* e os *informadores* da sua obra histórica.

Na sua *Ásia* concorrem informações geográficas, etnológicas e até linguísticas, em que podemos distinguir uma atitude precursora do *comparativismo* linguístico.

João de Barros, efectivamente, teve à sua disposição uma vastíssima documentação, pelo facto de ter sido durante trinta e cinco anos Feitor da Casa da Índia: tinha, pois, acesso a diários de bordo, relatórios oficiais de governadores e capitães, relatos e depoimentos testemunhais de mercadores, marinheiros e soldados, ou simples aventureiros. Só assim se explica a soma de detalhes pitorescos, a cor exótica e local de que está informada a sua obra.

Tendo começado a vasta planificação da sua obra sócio-histórico-geográfica em 1531, de que resultaram as quatro *Décadas* que formam a sua *Ásia*, só em Dezembro de 1539 é publicada a *Cartinha para aprender a ler*, logo seguida, em Janeiro de 1540, pelo volume da *Gramática*, que inclui também o *Diálogo em Louvor da nossa Linguagem*. Ora, se a *Cartinha*, dirigida ao príncipe D. Filipe (morto em 1539, filho do seu primeiro amo, D. João III) e a *Gramática*, destinada aos moços, pelo seu carácter estritamente didáctico não contêm mais que as indicações economicamente dirigidas ao objectivo de ensinar, o *Diálogo* torna-se já tributário da experiência linguística adquirida através do seu contacto — indirecto mas submetido a profunda e analítica reflexão — com as realidades do Oriente Asiático. É essa a razão pela qual, já como historiador, João de Barros se revela como um *cripto-linguista*, cedendo inúmeras vezes à tentação de

explicar, *comparando*, factos linguísticos orientais com os das línguas europeias conhecidas. Reflexões oriundas desse núcleo de informação, fundidas com a erudição clássica, reencontram-se ao longo dos *Diálogos* morais, três dos quais são dirigidos aos filhos (Jerónimo e António) e os têm como interlocutores, além de um não existente (ou por perda ou por não ter sido composto), acerca das palavras *Sim* e *Não*, o qual anunciou no *Diálogo da Viciosa Vergonha*.<sup>31</sup>

É, pois, todo esse tesouro cultural que ele próprio afirma ser a única herança que deixa aos filhos — filhos bem ensinados, a favor dos quais nem sequer utilizou o direito que lhe assistia de transmitir o cargo público que desempenhava.

Efectivamente, antes de morrer, o seu testamento inclui uma minuciosa lista de dívidas que mostram que morreu, senão na miséria, pelo menos numa mediocridade que pouco tinha de áureo. Esse documento é uma revelação da figura moral de João de Barros. Nele encomenda aos seus herdeiros a satisfação completa das dívidas até à mais pequena, pede aos filhos que não esqueçam o dote de suas irmãs e a estas que, não casando, se recolham à vida monástica, «como cumpre à honra delas e minha». Recomenda ainda aos filhos que amparem e consolem a mãe e se ocupem em fazer imprimir as obras que deixa inéditas e que dedica ao rei.<sup>32</sup>

Esta quase penúria material dos últimos anos de um homem que, durante toda a sua vida, vivera de tenças mais ou menos avultadas e regalias, coma régia recompensa dos seus trabalhos, pode ter sido originada pelo desastre económico e pessoal que

constituiu para ele a empresa de uma Capitania no Maranhão para exploração aurífera.

O próprio João de Barros, de sociedade com Aires de Cunha e Fernão Álvares de Andrade, tesoureiro-mor do Reino, constituiu, em 1535, uma frota de dez navios em que seguiam novecentos homens de armas e cento e treze cavaleiros. Malograda esta expedição, João de Barros enviou outra em 1536 em que seguiram dois dos seus filhos sem que, todavia, em cinco anos de buscas, tivessem encontrado ouro. Este desastre financeiro não o impediu de indemnizar Aires da Cunha e todos os que haviam tido prejuízos com tal empresa.

Vida pública, ambições económicas, o próprio encargo oficial de historiar a expansão, não o impediram de ser não só o autor da primeira verdadeira *Gramática* portuguesa, como de participar na gramaticalização das línguas vernaculares em elaboração na Europa durante a época do Renascimento.

Os gramáticos do século XVI não fazem senão, como vimos, alargar o ideal pré-esboçado desde Petrarca ao adoptar o Toscano como língua de expressão literária. Concretizam, pois, o movimento de reabilitação das línguas românicas, proclamado por Sperone Speroni <sup>33</sup>, Valdès <sup>34</sup>, Du Bellay <sup>35</sup>, e aspiram conferir à língua vulgar a simetria e sistematização — razão de dignidade e prestígio — que os Alexandrinos haviam dado ao Grego e os gramáticos da época imperial ao Latim.

Essa dignidade e prestígio serão, pois, tanto maiores quanto mais rigorosa e exacta a sua codificação gramatical. Têm, assim, um objectivo

prático bem determinado e rejeitam as subtilezas especulativas familiares à ciência antiga da linguagem. Começa a definir-se a doutrina gramatical de João de Barros pela sua posição perante as línguas clássicas, em primeiro lugar, (postulando assim uma «existência românica») e, em segundo lugar, em relação às restantes línguas (postulando uma «existência nacional»).

Hesitantes, ainda, os Gramáticos e «proto-filólogos» do Renascimento, têm consciência de uma inexperiência que os impede de caminhar sem o fabordão dos Antigos.

Em consequência, a afirmação de que «João de Barros (...) defende a aproximação do português e do latim «cujos filhos nós somos»<sup>36</sup>, não pode ser tomada sem restrição, tendo em vista o contexto de toda a gramática. Para João de Barros, como para quase todos os seus contemporâneos, o latim aparece, principalmente, como ponto de referência, modelo de codificação gramatical, fonte de empréstimos vocabulares. Este tríptico conceito vai manter-se em muitos dos gramáticos dos séculos seguintes, até ao de novecentos.

«O que primeiro sobressai (...) dos seus escritos, é a observância geral das normas clássicas. Observância tão insistente e tão fiel que, não atingindo apenas as definições, vai tocar a própria ordenação e a substância maior das matérias. (...) Tanto é importante em Barros a influência greco-latina, sobretudo latina, que no estudo da flexão há o sistema curiosíssimo de se disporem os nomes por declinações, sistema que, por sinal, continuará mais tarde»<sup>37</sup>.

Não obstante, e para além da ordenação, nomenclatura e definição, o conteúdo da Gramática parece colocar-nos perante uma realidade porventura desconcertante. O balanço entre os passos em que Barros alude à decantada «conformidade» com o latim e aqueles em que se refere à «desconformidade» entre o latim e o português, é favorável à segunda atitude. A latinização de Barros é, pois, segundo parece, mais formal do que essencial, preocupando-se ele mais em demonstrar diferenças do que em apontar identidades.

Para ele, a filiação latina da língua portuguesa e a conformidade desta com ela constituem, sem dúvida, títulos de nobreza e um dos motivos de louvor da língua portuguesa, patentes no *Diálogo*, mas não deixa de reconhecer a individualidade do Português em relação à língua-mãe. Com efeito, embora se refira à conformidade, ou como argumento apologético ou como ponto de referência (visto que, como vimos atrás, se pressupõe que a primeira língua estudada gramaticalmente era o latim), Barros não se deixa cegar pela sua formação de latinista: «Sam os módos àçerca de nós çinco como tem os latinos, portanto, seguiremos a sua ordem e termos», diz. Repare-se, pois, que, só porque existe real conformidade neste caso, Barros seguirá a «ordem e termos» dos latinos. A relação com o Latim é para ele um meio pedagógico de facilitar a aprendizagem da nova gramática: «Nós tomaremos da nossa construçám o mais necessário, imitando sempre a ordem dos Latinos, como temos de costume»; «a nóssa linguágem compósta déstas nóve partes (...) que tem

os latinos (...) à imitação dos quaes, por termos as suas pârtes, dividimos a nossa Gramática».

Destes exemplos, que se multiplicam ao longo da *Gramática*, inferimos por conseguinte que o latim, ou melhor, a Gramática latina, é, antes de mais nada, o modelo e a referência. Modelo, contudo, também, de vernaculidade. Nas *Décadas*, com efeito, afirma: «(Afonso de Albuquerque) falava e escrevia muito bem, ajudado de algûas letras latinas que tinha». Como meio de valorização da língua portuguesa, e por virtude da identidade famosa por que pugnaram quase todos os nossos humanistas, e que Valdès reivindicara para o Italiano, o latim apresenta-se também para Barros como uma possível fonte de enriquecimento vocabular: «assi que podemos usár d(e) alguns termos latinos que a orelha bem receba». Vai mesmo ao ponto de exortar os seus contemporâneos à adopção de neologismos — processo já praticado pelas outras nações românicas: «este exercício, se ô nós usáramos, já tivéramos conquistáda a língua latina». Esta atitude é idêntica à de André de Resende <sup>38</sup>, ao censurar aqueles juristas (morosos) que evitam empregar latinismos e encerram a língua na estreiteza dos «idiotismos» lusitanos.

Em contrapartida, a preocupação de Barros em individualizar a língua portuguesa por oposição à latina torna-se insistente pela repetição do processo comparativo: «nos quâes géneros repártem os latinos os seus (...). Nós, destes çinco géneros, temos sòmente dous (...). «Nós não temos estes vérbos (que os latinos têm). (...) Temos máis este vérbo (h)ei (h)ás (...).» A oposição entre os factos latinos e as

realidades românicas do português está, pois, bem marcada pelo uso constante do pronome *nós* que, acinte, contrapõe a *eles*, os latinos.

Verifica-se, por outro lado, que as principais inovações românicas em relação ao latim foram ou claramente discernidas ou, pelo menos, pressentidas por João de Barros:

— a existência do artigo: «artigo é ãa das partes da òraçám, a quáil (...) nam tem os latinos».

— desaparecimento da declinação: «(...) Ésta dificuldade máis é entre os latinos e gregos pola variaçám dos cásos que àcerca de nós (...) porque toda a (...) nóssa variaçám é de singular a plurár».

— formação perifrástica dos graus de comparação: «E antre nós e os latinos (h)á ésta diferença: eles fázem comparativos de todolos seus nomes ajetivos (...) e nós nam temos máis comparativos que estes: maior, menór (...), milhór (...), piór (...);»;

— redução das conjugações: «Os latinos tem quátro conjugações; nós, três (...);»

— diferenças entre a forma e o valor dos tempos verbais em relação ao latim: «(...) alguns que os latinos tem de que nós careçemos» ;

— formação perifrástica de alguns tempos verbais: «todalas outras más pártes que os latinos tem, suprimos ou pelo infinitivo, à imitaçám dos gregos, ou per çircunlóquio a que podemos chamár *rodeo*». Note-se que, no entanto, não distinguiu a formação perifrástica do futuro e do condicional, como lucidamente fizera Nebrija; contudo a designação *rodeo* é do gramático castelhano;

— formação perifrástica da voz passiva: «E, porque nam temos vérbos da vós passiva, suprimos este defeito per rodeo (como os latinos fázem nos tempos que lhe falêçe a vós passiva) » ;

— desaparecimento da noção de quantidade: «(...) os latinos e gregos sentem millhór o tempo das sílabas por cáusa do vérsio do que ô nós sintimos nas tróvas, porque cási espéra a nóssa orelha o consoante que a cantidade, dádo que â tem».

— existência de aumentativos: «Destes nomes gregos e latinos nam tratam em suas gramáticas por ôs nam terem».

De modo semelhante, e sem cegueira afectiva em relação ao latim, Barros não deixa de condenar e até ridicularizar o emprego pedante de construções latinas que o espírito da língua portuguesa não suporta: «Cacosinteton quér dizer má composiçám, a quál cometemos quando, per maneira de elegância, alguém ordena a linguágem segundo o latim jáz, como ãa òraçám a quál eu vi tiráda em linguágem per um letrádo que se prezáva de eloquente».

Finalmente, cremos poder concluir que, para Barros, o binómio português-latim se põe, antes de mais nada, duma forma esclarecida e consciente em relação à realidade românica que vai definir-se a partir desse momento.

A posição perante o Grego é bastante mais esbatida e as referências a essa língua aparecem, sobretudo, com significado de:

1.º — Reforçar as referências latinas: «Ésta dificultdáde máis é entre os latinos e os gregos (...);



2.º — Esclarecer etimologias: «articulus, diçám latina deriváda de arthon, grega, que quer dizer juntura de nervos»;

3.º — Substituir as referências latinas quando estas não se encontram: «Todalas outras máis pártes que os latinos tem, suprimos ou pelo infinito, à imitaçám dos gregos, ou per çircunlóquio».

O problema da influência do «mourisco» pôs-se, como é natural, de modo especial para as línguas peninsulares. As referências e adopções, por conseguinte, de inovações ortográficas, como o uso da cedilha, atribuídas ao influxo árabe, aparecem esporadicamente nos gramáticos franceses e devem-se, provavelmente, a influências castelhanas.

Dentro da Península, porém, verifica-se uma diferenciação bem marcada entre a atitude nitidamente antiárabe de Nebrija e a posição mitigada e, talvez, mais objectiva de João de Barros em relação a esse problema.

Dois aspectos fundamentais se distinguem na forma por que Barros encara a influência árabe, à qual ele atribui por um lado certas tendências articulatórias e ortográficas em que o português se afastou do latim, língua-mãe, e, por outro lado, a origem de certos vocábulos de etimologia não latina.

Para o primeiro caso, citaremos a explicação da grafia ç e da respectiva pronúncia, que Barros sente como nitidamente árabe: «Nós parece que (h)ouvemos éstas lêteras dos mouriscos que vencemos». «Temos ésta létera ç que parece ser inventáda pera pronunciaçám hebráica ou mourisca». O mesmo se passa em relação às palatais *ch*, *x* que se devem, segundo Barros, à mesma influência: «Este (o

tempo) nos deu *xa* e *cha* dos mouriscos»; «A qual figura (antítesis) é, à cerca de nós, mui usada, principalmente nesta letra x, que tomamos da pronunciação mourisca». É importante verificar que também não passou despercebida a João de Barros a origem dos nomes árabes articulados em *al*: «Todos os que começam em al e em xa e os que acabam em z, os quais são mouriscos».

Para o segundo caso, isto é, como fonte de adopções vocabulares, citaremos ainda as palavras do autor quinhentista: «O outro (conselheiro do rei de Malaca) havia nome Lacsamava, que era Capitão Geral do mar, ao modo que, à cerca de nós, é o almirante, officio trazido a nós do uso dos arábicos». «(...) A terra a que cá, per vocábulo arábico chamamos leziras»; «(...) neste reino, cujas rendas se encabeçou em almoxarifados, vocábulo mourisco, mais que natural português».

Quanto à língua hebraica, não me parece que Barros tivesse admitido uma possibilidade de influência. Da exemplificação colhida, com efeito, infere-se que o hebraico era para o gramático apenas um termo de comparação, um ponto de referência quando faltava o paradigma latino:

«Esta dificuldade (de declinar) mais é entre os latinos e gregos pola variação dos casos que à cerca de nós e dos hebreus». «Os latinos conhecem o género (...) uns pela significação, outros pela terminação, (...). Os hebreus per artigos e terminação»; «este final nosso tem ali officio do membrado dos hebreus, que é ã das letras que eles chamam dos beijos»; «temos algumas letras dobradas à maneira dos hebreus».

«À maneira de», isto é, termo de comparação, parece, pois, ser o motivo da presença da língua hebraica nas reflexões gramaticais de João de Barros.

Vem em primeiro lugar, entre as outras línguas, o castelhano, a mais perigosa rival do português, obstáculo para o prestígio que queriam vê-la alcançar os grande paladinos quinhentistas da língua.

Com efeito, embora raras vezes Barros se refira concretamente à língua castelhana, cujo prestígio como língua literária e de cultura foi crescente até meados do século XVII, sente-se que é, principalmente, visando essa rivalidade perigosa para o desenvolvimento da língua portuguesa que Barros constrói a apologia contida no *Diálogo*. Essa rivalidade era tanto mais aguda quanto os portugueses, incluindo Barros, tinham consciência da semelhança e quase identidade das duas línguas: «A sua língua (dos habitantes de Arguim) e escritura não é comum com os alarves da Berbéria e però em tudo quase têm ãa conveniência como nós temos com os castelhanos». O problema implícito seria, como já vimos, mais explicitamente abordado por Gândavo e Nunes de Lião.

O *Diálogo*, bem como, afinal, a *Gramática*, visa, pois, secundária mas efectivamente, uma afirmação de individualidade da língua portuguesa em relação à castelhana. É dentro desse escopo, com efeito, que Barros se preocupa em definir o que ele considera português vernáculo por oposição aos «empréstimos» castelhanos: «(...) este partição, sido, máis comum é aos castelhanos que a nós»; «Mál e cál de moinho, paréce que ôs (h)ouvemos de Castéla».

Por conseguinte, embora difusamente, a atitude de Barros insere-se no conflito dos humanistas portugueses do século XVI, em relação ao bilinguismo literário, conflito que vai estender-se até ao século seguinte para encontrar solução no triunfo setecentista do português libertado da influência directa da cultura castelhana e buscando a égide e o sustentáculo da francesa.

Na sua época, Barros é, certamente, solidário com a atitude de António Ferreira: «da língua amigo», radical na condenação do uso da língua vizinha.

As restantes línguas europeias (o francês e o italiano), contudo, são para Barros apenas fugidios termos de comparação, quer de factos linguísticos quer de atitudes a serem tomadas como exemplo pelos portugueses:

«Os franceses tomáram Monseor, os Italianos Misser, os Aragoeses Mossem. E assi outras muitas nações»; «mui estranha compostura é a francesa e italiana». Ou então: «deu-se tanto a gente castelhana e italiana e francesa às treladações latinas (...) que ôs fez máis elegantes do que foram óra (h)á cincoenta anos». Para além disto, Barros exclui da sua Gramática «para principiantes» quaisquer outros paralelismos. Não obstante, é curioso relevar a reflexão incluída na *Cartinha* sobre a possibilidade de conhecimento dessas línguas estrangeiras por parte dos moços portugueses: «Dádo que em nóssa linguagem nam sirvam algũas destas sílabas (...), nam me pareço sem fruto poer exemplo délas, cá todas sérvem assi no latim como em outras linguágens».

Muito mais extensas, variadas e interessantes são, a propósito das línguas que classificaremos de exóticas, as referências que ocorrem, na obra de Barros, como definidoras de uma posição e de uma atitude «pré-comparatista».

O fundamental, porém, da sua reflexão sobre essas línguas exóticas, consiste no reconhecimento da legitimidade da aquisição de vocábulos que entram no português através da actividade viageira dos portugueses e se tornam «naturáes na boca dos homens». Essa reflexão reforça as afinidades que os humanistas portugueses se empenharam por demonstrar entre a Roma Antiga e Portugal: «(...) bem como os Gregos e Roma haviam por bárbaras todas as outras nações estranhas a eles (...), assi nós podemos dizer que as nações de África, Guiné, Ásia, Brasil, barbarizam quando querem imitar a nós». E observa: «(...) em nenhũa parte da Terra se comete máis ésta figura da pronunçiação que nestes reinos, por causa das muitas nações que trouxemos ao jugo do nosso serviço».

O menosprezo que parece implícito nesta definição de barbarismo está, contudo, em oposição com esta outra afirmação: «(...) nam (h)á i glória que se póssa comparár a quando os minimos etíopes, persianos, hindus d'aquém e d'além do Gange, em suas próprias térras, na força de seus templos e pagodes (...) aprenderem a nósna linguágem».

Torna-se evidente, pois, que João de Barros considera a transmissão da língua como um sinal de vitória ao modo por que os Romanos o haviam feito: «(...) çerto é que máis póde durár um bom costume e vocábulo que um padrám, porque se nam préza máis

leixár na Índia este nome mercadoria que trazer de lá beniága, cá é sinal de ser vencedor e nam vencido». Esta reflexão traz-nos perante um facto porventura revolucionário dentro do conceito tradicional de vernaculidade: ao considerar o português em face das línguas exóticas, Barros admite uma reciprocidade enriquecedora da língua nacional. Encara com orgulho o facto de os povos africanos e orientais aprenderem o português e com ele a lei e os costumes. Mas também verifica, com humildade e singular abertura de espírito, que o português é alterado e influenciado pelas linguagens estranhas desses povos:

«E agóra, da conquista de Ásia tomamos chatinár por mercadejár, beniága por mercadoria, lascarim por hómem de guérria, çumbaia por mesura e cortesia, e outros vocábulos que sam já tam naturáes na boca dos hómens que naquélas pártes andáram, como o seu próprio português».

Torna-se, pois, evidente que João de Barros considera essas línguas verdadeiramente como superstratos, ao mesmo nível das outras, que constituem camadas mais importantes do vocabulário português: «Temos (vocábulos) latinos, arávigos e outros de divérsas nações que conquistámos e com quem tivémos comércio, assi como eles tem outros de nós». Em certos casos, até, Barros considera a preferência manifestada na língua pelos exotismos: «(animal) a que os gregos chamam rinocero e nós ganda, como lhe os índios chamam».

Mais três línguas ocorrem citadas na obra de Barros, por ordem de frequência: o vasconço, o galego e o cigano. Segundo as palavras justas de

Amado Alonso, Barros «ha buscado en el vascuense y en el gitano dos ejemplos extremos de jergonzas y lenguas barbaras (...) en contraste com las lenguas civilizadas»<sup>39</sup>. Acrescenta-se que no galego procurou, por outro lado, um exemplo de língua, pronúncia e grafia corrupta, de certo modo em oposição às regiões dialectais onde, segundo ele, o português nos aparece num estado mais perfeito de conservação.

Efectivamente, o vasconço aparece como o «exemplo extremo», mais marcante quanto à ininteligibilidade, à indisciplina e ao caos gramatical, à impossibilidade de redução a escrita: «a grande variedade de suas linguagens (dos habitantes das ilhas de Maluco) ca nam lhe chega o vasconço da Biscaia, de maneira que um lugar se não entende com outro» ; «Todos (teólogos, filósofos, matemáticos, juristas, médicos) antressi trázem termos que nam sam latinos nem gregos, mas casi um vasconso». Quanto à dificuldade de gramaticalizar e ortografar tal língua, diz: «ôs que falam vasconso, que trócam umas lêteras per outras»; «a língua castelhana muito melhor é que o vasconso de Biscaia e o çeçeár çigano de Sevilha, as quâes nam se pôdem escrevêr».

Curiosa é a reflexão sobre a grafia do ditongo nasal final *ão*, que no século XVI tendia a substituir *am* e *om*: «nam me pareceria má desterrármos de nós ésta prolaçám e ortografia galega (...); ôs que pouco sentem (escrevem) agalegadamente poendo sempre *o* final em totalas dições que acabam em am».

Repudiando o «galego» e as grafias «agalegadas» que estão em vias de generalização, Barros opõe a vernaculidade de certas regiões conservadoras:

«devemos muito prezár (...) nam sòmente os (termos) que achamos per escrituras antigas, mas muitos que se usam antre Douro e Minho, conservador de semente portuguesa, os quaes alguns indoutos desprézam por nam saberem a raiz donde náçem». Releve-se, nesta afirmação, talvez a primeira reflexão quanto ao conservadorismo de certas zonas dialectais.

Pela riqueza da sua reflexão sobre o fenómeno misterioso da linguagem, meio privilegiado de comunicação humana, João de Barros parece ser, com efeito, o maior dos gramáticos e «proto-linguistas» do Renascimento português, participante activo nas grandes criações do Humanismo Europeu.



## VII — DUARTE NUNES DE LIÃO E A BUSCA DAS ORIGENS

Duarte Nunes de Lião era natural de Évora, onde nasceu por volta de 1530, filho do médico hebreu João Nunes. Estudou leis na Universidade de Coimbra e entrou mais tarde como procurador e depois desembargador na Casa da Suplicação. A sua vida pública, pormenorizadamente relatada no *Memorial de Duarte Nunes de Lião e relação dos seus serviços para o valido d'el-rei Filipe* <sup>40</sup>, mostra uma actividade cultural constante e profícua. Menciona nesse memorial todas as suas obras escritas (algumas perdidas), em número considerável. Essa intensa actividade situa-se em três coordenadas: jurídica, histórica e linguística, em que dá provas de uma sólida erudição humanística.

Não obstante a sua posição política, abertamente favorável ao governo filipino, não parece que esse acordo com o regime vigente lhe tivesse alguma vez servido de garantia. O próprio memorial prova, precisamente, que, apesar dos bons ofícios e serviços prestados directamente ao rei —

nomeadamente o «Livrinho em língua castelhana para o Príncipe nosso senhor», tirado como sumário da *Genealogia dos Reis* — nunca ou muito raramente Duarte Nunes encontrou facilidades. Consequências do sangue hebreu? <sup>41</sup> Má vontade de invejosos? Consequência da sua posição política, que atraíra sobre ele o desagrado talvez vingativo do Prior do Crato, que duramente atingira numa das suas obras?

Atormentado e desiludido, o velho Duarte Nunes de Lião morreu em Lisboa, dois anos depois da publicação da *Origem*, em 22 de Abril de 1608, segundo consta no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de Filipe II, Doações, fls. 73-74.

A *Origem* representa uma perspectiva especulativa e dialéctica, por oposição ao carácter normativo da *Ortografia*, publicada alguns anos antes. Miscelânea histórico-cultural, é também, simultaneamente, uma longa dissertação, não raro fantasiosa, e uma listagem minuciosa e ampla de realidades e factos gramaticais e, sobretudo, lexicais.

Baseado na opinião dos Antigos, em citações e referências por vezes superabundantes, começa o autor por observar que os vocábulos caem em desuso e outros são criados em seu lugar, mediante um mecanismo quase biológico. A criação de novos vocábulos pode provir do uso de um escritor, cujas inovações «foram do povo recebidas». A Cícero, Cipião e Augusto, diz, ficou devendo o Latim algumas inovações.

A propósito da lendária vinda de Túbal a Setúbal <sup>42</sup> (que Duarte Nunes, aliás, repudia claramente) refere-se à provável origem do nome da cidade de Setúbal: Cetóbriga, cidade de pescadores.

Admite, embora considerando-a inverosímil, a vinda de Túbal a Biscaia, tentando explicar o vasconço como um vestígio, «transformado pelo tempo», da língua caldaica. Acentua, contudo, a incerteza de todas essas hipóteses, pela «ausência de escrituras que não temos». Parece-lhe, no entanto, mais provável, depois de fazer a enumeração dos diferentes povos que, por motivos comerciais ou outros habitaram a Península, que não houve uma língua única falada na Espanha, mas a predominante teria sido a grega.

Questão conseqüente do problema tratado, Duarte Nunes averigua qual a origem do primeiro alfabeto utilizado na Península Ibérica: assim como concluíra que a língua nunca fora única, assim também o modo de escrever. Segundo ele, antes da adopção das letras latinas, ter-se-iam usado os alfabetos fenício e grego. Nesta opinião opõe-se a António de Nebrija, «varão douto e de maduro juízo», o qual, efectivamente, admitia que até à vinda dos Romanos não teria havido em Espanha o «uso das letras». Rebate, pois, demoradamente os dois argumentos do gramático castelhano: a não existência de moedas pré-romanas explicar-se-ia por o comércio se fazer com base em trocas e equivalências; a ausência de letreiros e legendas, pelo carácter passageiro dos fenícios e dos gregos, que não curavam da honra, mas eram «vindiços e mercantis». Além disso, continua, todos esses documentos eram facilmente destrutíveis pelo tempo. Cita Estrabão como testemunho do uso antigo da escrita, inventada «para conservação e perpetuidade da memória das coisas passadas».

Confirmando a doutrina exposta com a autoridade de Plínio, Josefo, Lucano, etc., conclui que «é de crer que não estaria o mundo muito tempo sem o uso delas e que já a Adão foram reveladas». Segundo tradições que o autor menciona sob dúvida e incerteza, as letras teriam sido trazidas da Grécia para Itália por Nicóstrata, mãe de Evandro, rei da Arcádia, exilado na Itália <sup>43</sup>.

Para Duarte Nunes de Lião as línguas, oscilantes e móveis, sofrem modificações, umas voluntárias outras necessárias — doutrina já exposta por Varrão em relação a certos factos da língua; as modificações necessárias são essencialmente aquelas que tornam a língua apta para corresponder à «invenção das coisas». É, segundo o autor, o que os Latinos fizeram, ao adoptar dos Gregos vocábulos referentes àquelas artes e ciências em que estes excediam aqueles. Assim, nos seguintes domínios significativos: *Medicina, Anatomia, Pedraria, Architectura, Ginástica, Música, Poesia, Comédia e Tragédia, Geometria, Astronomia, Gramática*, assim como grande número de vocábulos de carácter religioso, introduzidos na língua de Roma com o Crisitamismo. Os Latinos «usurparam» ainda vocábulos a outras gentes, «por causa do comércio ou conquistas»: tais foram os Gauleses, Hispanos, Germânicos, Etruscos, Meónios, Persas, Britanos, Trácios, Macedónios, Sardos, Óscos, Sabinos e Púnicos.

Paralelamente, e em compensação, também os Gregos receberam vocábulos dos Egípcios, Círios, Cerasmos, Medos, Frígios, etc. Dos Romanos receberam termos sobretudo relativos ao direito civil.

Estabelece então um paralelo com as importações vocabulares da língua portuguesa, referindo-se especialmente à introdução de neologismos latinos. Ao verificar, pois, a constante mutação vocabular, Duarte Nunes não deixa de estranhar o facto de a língua basca não denunciar parentesco com nenhuma outra e se manter sem mutações visíveis.

Insinua, talvez, um parentesco com o fenício, ao citar versos nesta língua, segundo Plauto, e mostrando a sua dissemelhança com as outras línguas conhecidas. «Corrompendo-se», pois, em contacto com outras línguas, preexistentes à dominação romana, o Latim deu o *Romance*; mas de entre as suas variedades a mais «perfeita é a do português, a que mais se aproxima do Latim «correcto». Considera que a língua latina, ainda uniforme, floresceu na Hispânia, produzindo escritores como Sêneca, Lucano, Marcial; e que da cultura romana prevaleceu, como prova, «uma pedra antiga que se achou na cidade de Empúrias», cuja tradução faz. Continuando a história cultural, Duarte Nunes refere que em breve a inundação de Godos, Vândalos e Sítigos vieram corromper o Latim, «da maneira que se vê nos livros e escrituras antigas, que, pelo tempo, foi esta língua fazendo diferença nas províncias de Espanha». Mais tarde, a invasão árabe veio alterar ainda mais a língua, «meio gótica, e meio latina. (...) tomando ou, tros vocábulos dos mouros que ainda hoje duram».

A diferenciação política favoreceu a ulterior diferenciação linguística, uma vez que as línguas de Castela e de Galiza-Portugal «ambas eram antigamente quase uma mesma». A razão política

explica também, posteriormente, o afastamento do galego e do português, «por em Portugal haver reis e corte, que é oficina onde os vocábulos se forjam e pulem, e donde manam para os outros homens». Diferenciadas definitivamente, as duas línguas foram-se depois ornando por influência de reis como D. Dinis em Portugal e Afonso o Sábio em Castela.

Confundidas, como se vê, as noções de evolução e de corrupção o autor classifica as diferentes formas de corrupção, levando a um progressivo e cada vez mais profundo afastamento do Latim: alteração na terminação das palavras; diminuição de letras ou sílabas; troca; traspassação; mudança de género; mudança de número; mudança do vocábulo por mudança de significação; impropriedade de significação; metáfora.

Segue-se abundante exemplificação, ilustrando cada caso — exemplificação quase sempre adequada em relação ao fenómeno mencionado.

Abandonando o tom expositivo, o autor apresenta a seguir listas dos vocábulos portugueses de origem grega, (além de divergentes latinos) árabe, francesa, italiana, alemã, hebraica e síria, goda, e, finalmente, autóctones. Oferece ainda uma lista de arcaísmos, acompanhados da respectiva correspondência moderna, bem como de plebeísmos.

Nos cinco capítulos seguintes (XIX a XXIII), Duarte Nunes de Lião refere, como já vimos, com larga cópia de argumentos demonstrativos, os motivos de louvor da língua portuguesa: brevidade, cópia de derivação, originalidade, riqueza vocabular, complexidade de estrutura gramatical. De notar, com

efeito, a coincidência desses argumentos com os que se encontram na maior parte dos apologistas da língua, nomeadamente, João de Barros, Rodrigues Lobo <sup>44</sup> e Bernardo de Brito <sup>45</sup>. Nos últimos capítulos, termina a obra com uma síntese dos louvores formulados através da enumeração das «bondades» da língua portuguesa, criticando aqueles que preferem outras e exortando os homens cultos a inovarem vocábulos, recorrendo à inesgotável fonte latina.

Num plano de análise estritamente histórico-cultural, a obra de Nunes de Lião insere-se num momento particular da história portuguesa e é simultaneamente paradoxal e esclarecedor que, dedicando a obra a Filipe II, o autor se empenhe, por vezes arditamente, a demonstrar a individualidade, remontando às «origens», da língua portuguesa. Só assim Nunes de Lião pôde lutar, sobrevivendo.

## CONCLUSÃO

Um longo caminho se percorreu desde a onnipresença tutelar da Gramática Latina durante os séculos da Idade Média até à definitiva consagração da Gramática «vulgar». Observadores atentos da realidade, críticos audaciosos da ciência oficial, os homens do Renascimento lançaram as bases das ciências modernas da linguagem na qual souberam ver o mais perfeito e profundo modo de comunicação entre os homens.



## NOTAS

- <sup>1</sup> Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Lições de filologia portuguesa*, Lisboa, 1946; reed. 1956, p. 139.
- <sup>2</sup> Gallet-Guerne, Danielle — *Vasque de Lucène et la Cyropédie à la cour de Bourgogne* (1470), Genève, Droz, 1975.
- <sup>3</sup> Isidoro de Sevilla, *Sent.*, III, 13, PL, LXXXIII, 688-a.
- <sup>4</sup> Enódio, *Op.* VI, MGH, AA, VII, pp. 313-318.
- <sup>5</sup> Elio Antonio de Nebrija (ou Nebrissa), famoso gramático castelhano, autor da *Gramática Castellhana*, cuja 1.<sup>a</sup> ed. é de Salamanca, 1492; ed. Gonzalez Llubera, Oxford, 1926; ed. crí. de Pascual Galindo Romeo y Luis Ortiz Muñoz, Madrid, 1946.
- <sup>6</sup> *Etym.*, IX, 1.
- <sup>7</sup> *Ibid.*
- <sup>8</sup> Déc. II, Prólogo.
- <sup>9</sup> Déc. III, p. 166.
- <sup>10</sup> Marco António Ateneo Carlino, humanista italiano que publicou em 1533 a *Gramática vulgar dell' Atheneo*, que, no entanto, tratava apenas do *Nome*.
- <sup>11</sup> John Palsgrave (1480-1554), humanista inglês, Mestre na Universidade de Paris, que dedicou a

Henrique VIII a sua obra gramatical sobre a língua francesa, publicada em 1531.

<sup>12</sup> Robert Estienne (1503-1559), humanista francês, impressor do rei e autor de numerosas obras de erudição. Publicou dois dicionários de Francês-Latim e Latim-Francês.

<sup>13</sup> Priscianus Caesariensis (séculos V-VI d. C), autor de várias obras, a mais importante das quais, *Institutiones Grammaticae*, foi um dos grandes guias gramaticais da Idade Média. (KEIL, H. — *Grammatici Latini*, 7 vols., Leipzig, Teubner, 1857-1878).

<sup>14</sup> Tal como a de Túbal, também a lenda de Nicóstrata conheceu fortuna entre os gramáticos da Idade Média e do Renascimento. António de Nebrija dá-lhe certo relevo, bem como se lhe referem também, entre os gramáticos portugueses, João de Barros e Duarte Nunes de Lião. Nicóstrata, identificada com uma deusa profética (Carmenta), mais tarde venerada em Roma, estabeleceu-se com seu filho Evandro, de origem arcádica, no Lácio e introduziu nessa região alguns elementos da civilização grega, em particular a escrita e o culto de certas divindades. Evandro estabelecerá aliança com Eneias quando este chega à Itália (Verg., *Aen*, 8, 134-7; 165; 54; 185-275; Ov., *Fasti*, 2, 279, etc.). Ver ainda: *Explan. in Don.*, I. K IV, 519; «...Latinas litteras invenisse dicitur Carmentis, mater Evandri, quae proprio nomine Nicostrate dicta est.»

<sup>15</sup> *Déc.*, I, 1, *Prólogo*.

<sup>16</sup> Gian Giorgio Trissino (1478-1550): na *Carta a Clemente VII* (1524) expõe as suas ideias sobre a reforma ortográfica; Leonardo Salviati (1540-1589).

*Avvertimenti della lingua* (1584 e 1586); Claudio Tolomei (1492-1556), autor de *Versi e regole delle nuova poesia toscana*, Roma, 1539 e *Il Cesano*, Veneza, 1555, diálogo sobre o nome a dar à língua vulgar, composto entre 1525 e 1529; Girolamo Giglio (1660-1722): *Vocabulário Cateriniano*, Lucca, 1717; *Regole della toscana favella*, Siena, 1721; Benedetto Varchi (1503-1565): *L'Ercolano*, 1562; Jacques Peletier (1517-1582), reformador ortográfico: *Dialogue de l'ortographe* (1515).

<sup>17</sup> Alejo Vanegas del Busto, escritor e filósofo espanhol (1493-572), autor do *Tratado de Orthographia y accentos en las tres lenguas principales* (latim, grego e castelhano) aora *nuevamente compuesto*, Toledo, 1531 e 1592.

<sup>18</sup> Leon Battista Alberti (1406-1472). *La Prima Grammatica della lingua volgare — La Grammatichetta Vaticana*, Cod. Vat. Reg. Lat.1470, Bolonha, 1964.

<sup>19</sup> Kukenheim, L. — *Contributions à l'Histoire de la Grammaire italienne, espagnole et française à l'époque de la Renaissance*, Amsterdam, 1932, p. 198.

<sup>20</sup> Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, vol. IV, parte II, p. 865.

<sup>21</sup> Humanista português (1528-1569) e um dos grandes apologistas da língua portuguesa, de que é notável documento a *Carta a Pero Andrade de Caminha*, in *Poemas Lusitanos*, 1598.

<sup>22</sup> Humanista (m. 1582), ardente defensor das excelências da língua portuguesa, embora houvesse utilizado esmeradamente o latim em algumas das suas obras.

<sup>23</sup> *Gramatica Castellana de Antonio de Nebrija*, p. 25.

<sup>24</sup> *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, in *Gramática da Língua Portuguesa*, Fac. de Letras de Lisboa, Lisboa, 1971, p. 390.

<sup>25</sup> Os Gramáticos do Renascimento estão ainda muito próximos da interpretação literal da Bíblia e consideram o passo do Génesis que se refere à criação das palavras por Adão como um passo directamente histórico, considerando por esse facto como língua primordial o hebraico, diversificada como punição divina da soberba dos homens ao tentarem atingir o céu construindo a Torre de Babel.

<sup>26</sup> *Gramática de la lengua castellana de Antonio de Nebrija*, p. 25, n.

<sup>27</sup> Veja-se, a este respeito, J. Lúcio de Azevedo, *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, Lisboa, 1975.

<sup>28</sup> Cf. Fernão de Oliveira, *Gramática da Linguagem Portuguesa*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1975.

<sup>29</sup> *Vida de João de Barros*, Lisboa, 1778.

<sup>30</sup> *Op. cit.*, p. VII.

<sup>31</sup> João de Barros, *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, ed. cit. p. 390.

<sup>32</sup> Documento publicado por António Baião.

<sup>33</sup> Sperone Speroni (1500-1588), autor de várias obras, entre as quais *Acerva das línguas*, em que é visível a influência de Bembo.

<sup>34</sup> Juan de Valdès (ca. 1500-1541), humanista espanhol, erasmista, escreveu o *Diálogo de la lengua* (1536), obra que se insere no movimento apologético das línguas vulgares.

<sup>35</sup> Joachim du Bellay (1522-1560), humanista francês, autor da obra *Défense et Illustration de la langue française* (1549), nobre documento apologético das línguas vulgares.

<sup>36</sup> Maria Alice Nobre Gouveia, in R.P.F., Coimbra, 1962-63, p. 263.

<sup>37</sup> F. Rebelo Gonçalves, in B. F., IV, 1-2, Lisboa, 1936, p. 7.

<sup>38</sup> André de Resende (1495-1573), humanista português, autor, entre outras obras, de *De Antiquitatibus Lusitaniae* (1593).

<sup>39</sup> Amado Alonso, *O cecear cigano de Sevilha*, in *Rev. Fil. Esp.*, Madrid, XXXIII, 1952, pp. 1-5.

<sup>40</sup> Para a biografia de Duarte Nunes de Lião, ver a comunicação de António Baião, in Bol. de 2.<sup>a</sup> classe, XI, Academia das Ciências, 1917. E ainda a introdução à *Origem da Língua Portuguesa*, ed. de 1945, organizada por José Pedro Machado.

<sup>41</sup> Lembre-se quanto a perseguição aos judeus e cristãos-novos foi acesa durante o período Filipino: vide J. Lúcio de Azevedo, *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, Lisboa, 1975

<sup>42</sup> Ver *supra*, n. 14.

<sup>43</sup> Ver *supra*, n. 14.

<sup>44</sup> Rodrigues Lobo (1580-1622), autor de obras em que é possível distinguir uma intenção «autonomista», inclui no Diálogo I da *Corte na Aldeia* uma expressiva «apologia da língua» declarando, em síntese, que a língua portuguesa «tem de todas as línguas o melhor»

<sup>45</sup> Bernardo de Brito (1568-1617), monge alcobacense, autor da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> partes da *Monarquia Lusitana*, empossado no cargo de Cronista-Mor por Filipe II. Não obstante, e dando mostras de independência e coragem, declara no respectivo prólogo: «Alguns, com zelo de amigos, me aconselharam que compusesse esta obra em língua

latina, dizendo que, para minha reputação e para se divulgar por mais partes, convinha ser nesta forma; e quase me tiveram abalado para o fazer, se não considerara ser um género de imprudência, à conta de ganhar fama com estrangeiros, perdê-la com os naturais e antepor o proveito próprio ao gosto comum do povo, que, não sabendo a língua latina, havia de permanecer na ignorância que teve de suas cousas até ao tempo de agora. Outros, considerando a criação e uso que tinha da língua castelhana, me diziam a compusesse nela, pois além de se estender em todos os reino de Espanha e muitos fora dela, me livraria da grossaria e ruim método de historiar da portuguesa. Mas, como esta opinião era tão mal fundada, que nem sombra tinha de boa, nunca fiz rosto a quem ma persuadia, vendo que a primeira razão me arguia de interesseiro em pretender gasto da impressão, e a segunda de indigno do nome português, em ter tão parco conhecimento da língua própria, que a julgasse por inferior à castelhana sendo tanto pelo contrário, que não há língua na Europa, tomada nos termos que hoje vemos, mais digna de se estimar para a História que a portuguesa, pois ela, entre as mais, é a que em menos palavras descobre mores conceitos e a que com menos rodeios mais graves termos dá no ponto da verdade. E se, como ela de si é grave e natural para narração verdadeira, a engrandeceram seus naturais com impressões e livros compostos nela, fora hoje tanto ou mais famosa que a castelhana e a italiana; mas, carecendo deste bem, e tendo dentro em si filhos tão ingratos, que a modo de venenosas víboras lhe rasgam a reputação e crédito devido, não é muito

estar em tal opinião até o tempo de agora. E, se alguma coisa me lastima, é que a pouca notícia que dela tenho me fará levar o estilo da História menos lustroso do que pudera ir, sendo composto por que fizera seu fundamento na elegância e formosura da prática, mais que na verdade e certeza do que se conta, o que se não permite em homem que professe o nome de historiador autêntico e tem mais os olhos em apurar a verdade, que em buscar invenções esquisitas e frases elegantes com que pintar a História. Assim que, se junto com os louvores que dou à língua portuguesa, usar imperfeitamente suas excelências, desculpe-me a razão apontada e a profissão monástica que sigo, na qual se exercita mais a guarda do silêncio, que as elegâncias e trocados na prática.» Verificamos nesta «profissão de fé linguística» os mesmos tópicos do louvor que se vinha tecendo em torno das excelências da língua portuguesa desde Fernão de Oliveira e de João de Barros.

DECLARAR, MOVER, DELEITAR E EXORTAR

F«ILHO» — Um dos primeiros latins que me ele mandou fazer foi este: O fermosa maria nova ara cum tua vaca nova. E eu cuidáva que, em isto ser linguágem, nam podia ser latim, té que palmatoreádas mô fezéram entender.

P«ÁI» — Aí começarás tu de sentir o louvor da nóssa linguágem, que, sendo nóssa, â entenderá o latino porque é sua. Ésta prerrogativa tem sobre todas as linguágens presentes: majestáde para cousas gráves, e ãa eficácia baroil que representa grandes feitos. E o sinál onde se isto máis claro vê, é na música, que, naturalmente, àcerca de cada naçám, ségue o módo da fala: linguágem grave, música gráve e sentida.

F«ILHO» — Daí viria logo o provérbio que dizem: Espanhóes chóram, Italianos uivam, Françeses cantam.

P«ÁI» — Bem adecáste o provérbio. E, ainda que nam seja pera a linguágem, verdadeiramente



assim ô pódes ter na música, porque a proláçám e ár que temos da linguágem, diferente das outras nações, temos no módo do cantár, cá mui estranha compostura é a francesa e italiana à espanhól, e as guinádas e diminuiçám que fázem ao cantár fazem na proláçám e acento da fála. E, para um francês formár um seu próprio ditongo, fáz nos beijos esgáres que póde amedrontar mininos, cousa de que um natural orador fóge. E, por nam cair neste perigo, rodea setenta vocábulos. Çerto assi a francesa, como a italiana, máis paréçem fála para molhéres, que gráve pera hómens, em tanto, que, se Catám fora vivo, me paréçe se pejára de â pronunçiar.

Nésta gravidade, como já disse, a portuguesa léva a todas, e tem em si ùa pureza e sequidám pera cousas báixas, que se lhe póde poer a tácha que Pérseo [Saty. prima] punha aos vérsos de Vergílio, os quâes dizia serem tam de sóvero e cubértos de cáscá, que se nam podiam abrandár. Però, com aquéla majestade e alteza, falou, no quáрто de sua Eneida, tam álta e mimôsamente do amor, que lhe nam chegáram as garrediçes de Ovídio, e as doçuras de Petrárca, que, nestes brincos, muito se esmeráram. Foi o Vergílio naquele seu livro, como nestes nóssos tempos o Queguém, em a compostura da música: todalas exçelentes consonâncias achou. Depois, Jusquim e outros compoedores que viéram, sobre élas fizéram sua diminuiçám e contraponto.

A linguágem portuguesa, que tenha ésta gravidade, nam pérde a força pera declarár, mover, deleitár e exortár, a párte a que se enclina, seja em qual género de escritura. Verdáde é ser em si tam honésta e cásta, que paréçe nam consintir em si ùa tál

obra como *Çelestina*. E Gil Viçente, cómico que â mais tratou em composturas que algũa pessoa destes reinos, nunca se atreveu a introduzir um Çentúrio português, porque, como ô nam consente e naçám, assi ô nam sófre a linguágem. Çérto, a quem nam falecer matéria e engenho para demonstrár sua tençám, em nóssa linguágem nam lhe falecerám vocábulos, porque de crer é que, se Aristóteles fora nósso naturál, nam fora buscár linguágem emprestáda pera escrever na filosofia e em todas outras matérias de que tratou. E, se lhe falecera algum termo soçinto, fizéra ô que vemos em muitas partes aos presentes, os quâes, quando carêçem de termos teologâes, os teólogos, pera entendimento réal da cousa, ôs compuserám. E assi os filósofos, matemáticos, juristas, médicos, todos antre si trázem termos que nem sam latinos nem gregos, mas cási um vasconço de ártes em que os homens bastam tantos anos.

F«ILHO» — A língua portuguesa, onde desfaleçer com vérbo ou nome que compreenda em bréve algũa cousa, poderá formár algum vérbo aprazível a orelha, sem falár per rodeo, como essoutros fázem?

P«ÁI» — Si, porque a liçença que Horácio, em a sua *Arte Poética*, [*Horatius in Arte Poética*] dá aos latinos para compoerem vocábulos nóvos, contanto que saiam da fonte grega, éssa poderemos tomar, se ôs derivármos da latina.

.....

E, verdadeiramente, à primeira vista nam (h)á cousa máis gráve antre os bons juízos, que a variaçám de tantos trájos como ôs que óra usamos, os quáes, se perguntares donde vieram, ou cujos foram, nam lhe(s) acharás máis çérta natureza que a opiniám. Pois as cantigas, compóstas do povo, sem cabeça, sem pés, sem nome ou vérbo que as entenda, quem cuidas que âs tráz e léva da térra? Quem as fáz serem tratadas e reçebidas do comum consintimento? O tempo, pois este fáz as cousas tam naturáes, como a própria natureza. Este nos deu a elegância latina; este nos trouxe a barbária dos godos; este nos deu *xa* e *cha* dos mouriscos; e este nos póde fazer ricos e póbres de vocábulos, segundo o uso e prática que tivermos das cousas.

E nam te pareça trabálho sobejo entender tanto na própria linguágem, porque, se fores bem doutrinádo nela, levemente ô serás em âs alheas. Este é o módo que tivéram todolos os gregos e Latinos: tomáram por fundamento saber primeiro o seu que o alheo. Quéro dizer que Túlio, Çésar, Lívio e todolos outros a que chamamos fonte de eloquência, nunca aprenderam a língua latina como a grega, porque éra sua natural linguágem, tam comum ao povo romano, como vemos que a nóssa é ao povo de Lisboa, mas soubéram a gramática dela. Ésta lhe(s) insinou que cousa éra nome, e quantas calidádes e figuras tinha, os tempos e modos do verbo, e todalas partes que regem e sam regidas, com mais os açidentes e régras que a língua latina tem. Déstas cousas foram os Latinos tam curiosos, por apurár a sua língua e â iguárem à grega (donde eles tomáram parte da sua eloquência), que se escreve

compoer Çésar um tratádo da analogia da língua latina, e Messála, a cada lêtera do A B C fez um livro que tráta délas, e Várro outro da etimologia, de que, ao presente, temos algũa páрте. E Cárlo Mano, à imitaçám destes, também compôs a língua alemã em árte e lhe deu nome novo aos meses e aos ventos. Estes e outros tam graves e doutos barões, em cuja mam e arbítrio estáva o estádo e regimento do mundo, assi houveram este exerçício por glorioso, que na força de suas conquistas e ármãs, ali ô exercitávam. E àçerca deles, máis se estimáva a vitória que a sua língua tinha, em ser reçibida de todalas bárbaras nações, que de âs someter ao jugo do seu império. E neste cuidádo foram tam solíçitos, que, andando entre os pártos e outros tam bárbaros póvos, nam consentiam que falássem senám a sua língua latina, por demonstrár o império que tinham sobre todalas outras nações. E o máis çerto sinál que o Romano póde dár ser Espanha súbdita ao seu império, nam serám suas corónicas e escrituras, cá éstas, muitas vezes, sam favorávees ao senhor de quem fálam, mas a sua linguágem, que nos ficou em testemunho de sua vitória. E quanto, antre as cousas materiáes, é de maiór excelência aquéla que máis dura, tanto àçerca das cousas da honra, som de maiór glória âs que a memória mais retém. Exemplo temos em todalas monarquias, cá, se perderam com a variedade do tempo e fortuna das cousas humanas, péro leixou a língua latina este sinál de seu império, que durará eternalmente. As ármãs e padrões portugueses, póstos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fóra da repartiçám das três pártes da terra, materiáes sam, e póde-âs o tempo gastár, però nam

gastará doutrina, costumes, linguagem, que os Portugueses nestas terras leixárem.

F«ILHÓ» — Nam sei, lógo, quál será o Portuguêz de tam errádo juizo, pois é çérto que máis póde durár um bom costume e vocábulo que um padrám, porque se nam préza máis leixár na Índia este nome, *mercadoria*, que trazer de lá *beniága*, cá é sinál de ser vencedor e nam vençido.

P«ÁI» — Çérto é que nam (h)á glória que se póssa comparár a quando os mininos etíopes, persianos, índios, d'aquém e d'além do Gange, em suas próprias térras, na força de seus templos e pagódes, onde nunca se ouviu o nome romano, per ésta nóssa árte aprenderem a nóssa linguagem, com que póssam ser doutrinádos em os preceitos da nóssa fé, que néla vam escritos.

(João de Barros, *Diálogo em louvor da nossa Linguagem*.)

...CUJA SEMPRE MELHOR PARTE  
FOI PORTUGAL

A antiga nobreza e saber da nossa gente e terra de Espanha, cuja sempre melhor parte foi Portugal, ainda que agora não é maior depois do dilúvio geral, que é o mais antigo tempo de que se os homens lembram. Nasceu de Noé e de Túbal, diz Beroso, historiador de Babilónia, e Noé edificou em esta terra Noela e Noegla, cidades, e da primeira destas fez Plínio menção aos vinte capítulos do quarto livro da sua *História Natural*, pois não menos de Túbal seu neto, afirma Pompónio Mela, que fundou Gibraltar. E estes já então ordenaram boas leis e ensinaram letras com muitas outras nobrezas e bons costumes que nela deixaram. Depois destes, Hércules Líbio, filho de Osiris, rei do Egipto, veio morrer em esta terra, desejando de viver sua velhice descansada em ela pela virtude que dela conhecia, e os sucessores deste edificaram, em memória e honra do nome de seu capitão Libisona. Libisosa, Libunca, Libura e Libisoca, cidades. Desta derradeira chamada Libisoca, aponta somente Plínio no terceiro livro aos

três capítulos e Ptolomeu na *Tábua de Espanha* põe Libisoca e Libura e esta derradeira Libura põe junto do rio Tejo, abaixo de Toledo, da parte do sul, quase mostrando ser Évora que agora chamamos. E se também quisermos mais antiguar a edificação da nossa Lisboa, podemos dizer que é aquela das cinco cidades já ditas a que eles chamaram Libisona. Luso, que também enobreceu esta terra, não foi grego, mas de Portugal nascido e criado, filho de Liceleu, e este recebeu em seu reino a El-Rei Dionísio, ou Dinis, com festas de sacrifícios e devoções, porque já desde então os portugueses sabem conhecer e servir e louvar a Deus. E deste rei Luso se chamou a terra onde vivemos Lusitânia, a qual depois chamaram Turdugal e agora, mudando algumas letras, Portugal, não do porto de Gaia, como quer Duarte Galvão na *História de El-Rei D. Afonso Henriques*, mas dos Túrdulos e Galos, duas nações de homens que vieram morar em esta terra, segundo conta Estrabão no terceiro livro da sua Geografia. E assim desta feição, já também este nome de Portugal é antigo e agora, com a virtude da gente, muito enobrecido e com muitos bons tratos e conversações assim em armas como em letras engrandecido.

(Fernão de Oliveira, *Gramática*, capítulo II)

## MELHOR É QUE ENSINEMOS A GUINÉ

O estado da fortuna pode conceder ou tirar favor aos estudos liberais e esses estudos fazem mais durar a glória da terra em que florescem. Porque Grécia e Roma só por isto ainda vivem, porque quando senhoreavam o Mundo mandaram a todas as gentes a eles sujeitas aprender suas línguas e em elas escreviam muito boas doutrinas, e não somente o que entendiam escreviam nelas, mas também trasladavam para elas todo o dom que liam em outras. E desta feição nos obrigaram a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu, esquecendo-nos do nosso. Não façamos assim, mas tornemos sobre nós agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné que sejamos ensinados de Roma, ainda que ela agora tivera toda a sua valia e preço. E não desconfiemos da nossa língua porque os homens fazem a língua, e não a língua os homens. E é manifesto que as línguas grega e latina primeiro foram grosseiras e os homens as puseram na perfeição que agora têm. Antes, se quiserdes ouvir as fábulas que eles contam, eu vos farei parecer que primeiro souberam falar os homens da nossa terra, porque Vitruvius diz no segundo livro dos seus *Edifícios* que, ajuntando-se os homens a um certo fogo, o qual por acerto com grande vento se acendeu em matos, e ali conversando uns com outros, souberam formar vozes e falar, e não dizendo ele onde foi este povo. Conta Diodoro Sículo no sexto livro da sua Biblioteca que foi nos montes Pireneus, os quais são entre França e Espanha. E, pois, gramática é arte que ensina a bem



ler e falar, saibamos quem primeiro a ensinou e onde e como, para que também agora a possamos usar na nossa antiga e nobre língua.

... ..

Examinemos a melodia da nossa língua e essa guardemos, como fizeram outras gentes, e isto desde as mais pequenas partes, tomando todas as vozes e cada uma por si e vendo em elas quantos diversos movimentos faz a boca como também diversidade do som e em que parte da boca se faz cada movimento, porque nisto se pode discutir mais distintamente o próprio de cada língua. E assim é verdade, que os Gregos com os latinos e os Hebraicos com os Árabigos e nós com os Castelhanos que somos mais vizinhos, concorremos muitas vezes em umas mesmas vozes e contudo não tanto que não fique alguma particularidade a cada um por si uma só voz e com as mesmas letras e a nós e aos castelhanos guerra e papel. E no pronunciar quem não sentirá a diferença que temos porque eles escondem-se e nós abrimos mais a boca? E quase podemos dizer que o que dá a entender Horácio na *Arte Poética* dos Gregos e Latinos temos entre nós e os castelhanos porque a eles deu a natureza afeiçoar o que querem dizer e nós falamos com mais magestade e firmeza.

(Fernão de Oliveira, *Gramática*, capítulos IV, VII)

## A LÍNGUA QUE HOJE SE FALA EM PORTUGAL

Temos dito atrás como, por as muitas e desvairadas gentes que a Espanha vieram povoar e negociar, estava a terra toda dividida em muitos régulos e senhorios, e assim havia muitas diferenças de linguagens e costumes.

Pelo que, visto os Romanos de lançar de Espanha os Cartagineses que ocupavam grande parte dela, foi-lhes fácil haver o universal senhorio de todos e reduzir Espanha em forma de província, como fizeram, dos quais, como de vencedores, não somente os Espanhóis tomaram o jugo da obediência, mas as leis, os costumes e a língua latina que, naqueles tempos, se falou pura como em Roma e no mesmo Lácio, até à vinda dos Vândalos, Alanos, Godos e Suevos e outros bárbaros que aos Romanos sucederam e corromperam a língua latina com a sua e a misturaram de muitos vocábulos assim seus como de outras nações bárbaras que consigo trouxeram, de que se veio a fazer a língua que hoje falamos que, por ser língua que tem fundamentos da romana ainda que corrupta lhe chamamos hoje romance.

... ..

Vindo pelos tempos, como é natural haver mudança nos estados e declinar o Império Romano, veio a Espanha a inundaçào dos Godos, Vândalos e Sitingos e de outras gentes bárbaras que devastaram Itália e as Gálias e dominaram a Espanha. E, com a sua bárbara língua corromperam a latina e a

misturaram com a sua, da maneira que se vê nos livros e escrituras antigas, que, pelo tempo, foi esta língua fazendo diferença nas Províncias de Espanha, segundo as gentes que a vieram habitar.

Depois desta barbárie que se introduziu, veio a perdição de toda Espanha, que os Mouros assolaram e destruíram, entre os quais ficaram os Espanhóis, uns cativos e outros tributários, por partidos que de si fizeram, para lhes lavrarem as terras, como seus acríptícios e inquilinos.

(Nunes de Lião, *Origem*, capítulo VI.)

## NÃO É FALTA DE BONDADE DA LÍNGUA PORTUGUESA

Os Castelhanos e os afeiçoados à sua língua se jactam que, por elegância e excelência dela, é comum a muitas nações que a entendem e falam como na mesma Espanha, em Itália e nos estados de Flandres, e ainda entre Mouros, que a têm por sua aljama, e que a portuguesa tem uns limites tão estreitos, que não passa da raia de Portugal, tomando daí argumento da melhoria de uma e menoscabo da outra.

E, por, tratando eu da origem de uma e outra, me pareceu que esperariam de mim que interpusesse nisso meu juízo, o quis fazer, não como juiz suspeito, pressupondo que entender-se uma língua mais que outra não é eficaz argumento de melhoria ou peoria.

A língua latina, que no princípio tinha o primado das outras línguas de Itália, não saía do Lácio antigo, que era um pequeno território de doze léguas e meia de comprimento, desde o Tibre até aos Circeios, que hoje se chama a Campanha de Roma, mas nem por isso deixava de ser havida por a melhor língua de Itália e de todo mundo, tirando a grega. E, pelo contrário, a língua arábica, bárbara e horrída, com o seu Mafamede, natural da Arábia, se estendeu tanto pelo mundo, que ocupou a maior parte da Ásia e de toda a África, e muitas partes da Europa e depois quase toda a Espanha, onde se falou enquanto os mouros a senhorearam, e, ainda depois de recuperada, até o ano de 1492, em que el-rei D. Fernando o V desterrou os Mouros dela. E no Reino

de Granada se falou até estes tempos, em que el-rei D. Filipe que santa glória haja, os domou por força de armas, quando se rebelaram, no ano de 1569, e os desterrou daquele reino, pelo que não se pode tomar argumento para avantajár aquela bárbara língua das outras que se não estenderam tanto.

.....

A causa de a língua castelhana se estender por algumas províncias e haver nelas muitos que a saibam entender e falar, não é por a bondade de língua (que nós não lhe negamos), mas por a necessidade que dela têm aquelas gentes que dela usam.

(Nunes de Lião, *Origem*, capítulo XXIV)

## O ORNAMENTO DO QUE FALAM OU ESCREVEM

Antigo dito é que muitos mais são os negócios que os vocábulos, e, como os conceitos dos homens são infinitos e as palavras finitas, necessariamente as inventamos ou buscamos ou tomamos emprestadas de outras gentes pelas maneiras que atrás temos dito, não somente para suprir a necessidade de explicarmos o que queremos mas para cópia e ornamento, para não repetirmos umas mesmas palavras muitas vezes, o que aos que ouvem ou lêem traz sempre nojo e fastio.

Além disso, há nas línguas alheias alguns termos que não há na nossa, para declarar o que sentimos ou ensinamos, pelo que cada dia os tomamos das línguas latina ou grega, por terem para isso seus termos sabidos e notos a todos.

Pelo que, quem quisesse, tratando da dialéctica em língua portuguesa — porque as ciências não têm língua própria e em qualquer se pode ensinar e saber — e usa-se de outro termo em lugar de silogismo, que os Romanos tomaram dos Gregos, não se daria bem a entender, ainda que por rodeios e por a definição do mesmo silogismo — que seria coisa longa e fastidiosa — o quisesse explicar.

... ..

É também necessária a cópia de palavras para delas fazerem escolha os que falam ou escrevem de coisas graves, como são os historiadores que não devem servir-se de palavras comuns aos baixos e mecânicos, senão congruentes à matéria que tratam e

às pessoas a que falam ou escrevem, porque hão-de respeitar o capto de gente mais nobre e de maior entendimento, que tem diferentes termos de falar, ca assim como os músicos no que cantam ou tangem se acomodam com a qualidade e capacidade dos ouvintes, porque um homem plebeu ou rústico, mais se contentará de ouvir uma chacota ou cantiga vilanesca que uma canção de artificiosa compostura e de toada mui lamentável: assim os que escrevem ou falam se devem acomodar aos maiores ou mais nobres e à sua maneira de falar.

... ..

Sendo, pois, averiguado que de necessidade se hão-de inovar vocábulos e tomar emprestados, resta tratar de que língua os tomaremos, para o que nos havemos de valer do conselho de Quintiliano, o qual, tratando de que língua tomariam os romanos os vocábulos que na sua lhes faltassem, resolve que da grega, como da matriz de que emanou.

... ..

Sendo, pois, a língua portuguesa na origem, latina e reformada muitas vezes e ampliada de vocábulos latinos de que carecíamos por a corrupção que os Godos nela fizeram sem nenhum pejo, com mais honra nossa nos devemos aproveitar dela, como filhos que de bens paternos se ajudam mais sem afronta sua, o que não fariam dos estranhos.

(Nunes de Lião, *Origem*, capítulo XXVI.)

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Fernando — *Cartilha em Tamul e Português*, Lisboa, 1554, reed. Lisboa, 1970.
- ALONSO, Amado — «Examen de las noticias de Nebrija sobre la antigua pronunciación española», in *Nueva Rev. de Filología Hispánica*, México, III, 1949.
- ASENSIO, Eugenio — *Prólogo da Comédia Eufrosina de Jorge Ferreira de Vasconcelos*, t. I, Madrid, 1951.
- ASENSIO, Eugenio — «La lengua compañera del Império», in *Rev. Filol. Esp.*, XLIII, 1960.
- BARROS, João de — *Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja*, 1.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Luís Rodrigues, 1539; 2.<sup>a</sup> ed., in *Compilaçam...*, Lisboa, 1785; 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Faculdade de Letras, 1971. *Gramática da Língua Portuguesa, seguida de Diálogo em louvor da nossa linguagem*, 1.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Luís Rodrigues, 1540; 2.<sup>a</sup> ed., in *Compilaçam...*, Lisboa, 1785; 3.<sup>a</sup> ed., (só a *Gramática*), de José Pedro Machado, Lisboa, 1957; 4.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Faculdade de Letras, 1971. Ed. de L. Pereira da Silva (só o *Diálogo*), Coimbra,



- 1917, e ed. de Luciana Stegagno Picchio, Modena, 1959.
- BARROS, João de — «Grammatices Rudimenta», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 1971.
- BATAILLON, Marcel — *Études sur le Portugal au temps de l'Humanisme*, Coimbra, 1946.
- BOLGAR, R. R. — *The classical Heritage and its Beneficiaries*, Cambridge University Press, 1973.
- BUCETA, Erasmo — «La tendencia a identificar el español con el latin», in *Homen. Menendez Pidal*, Madrid, I, 1925.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão — *Textos Pedagógicos e Gramaticais de João de Barros*, Lisboa, Verbo, Col. Textos Clássicos, 1969.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão — *João de Barros, Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1971.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão — *Duarte Nunes de Lião*, Lisboa, Clássica Edit., 1975.
- CASTELO-BRANCO, Fernando — *Portugal Quinhentista visto através das Cartilhas para ensinar a ler*, Academia Portuguesa de História, sep. das «Anais», II série, vol. 21, Lisboa, 1972.
- FIGUEIREDO, António Pereira de — «João de Barros, exemplar da mais sólida eloquência portuguesa», 1781, in *Memórias...*, IV, 1793.
- GÂNDAVO, Pedro Magalhães de — *Diálogo em defesa da Língua Portuguesa*, Lisboa, 1574.
- KUKENHEIM, L. — *Contributions à l'Histoire de la Grammaire italienne, espagnole et française à l'époque de la Renaissance*, Amsterdão, 1932.

- KUKENHEIM, L. — *Esquisse historique de la Linguistique française*, Leida, 1962.
- KEIL — *Grammatici Latini*, I - VIII, 1855 — 1880.
- LAPESA, Rafael — *História de la Lengua Española*, Madrid-Buenos Aires-Cádiz, 1950.
- LIÃO, Duarte Nunes de — *Orthografia da Língua Portuguesa*, Lisboa, João da Barreira, 1576.
- LIÃO, Duarte Nunes de — *Origem da Língua Portuguesa*, Lisboa, Pedro Craesbeck, 1606.
- LOURO, Estanco — *Gramáticos Portugueses do Sec. XVI*, Lisboa, s/d.
- LEROY, Maurice — *Les grands courants de la Linguistique Moderne*, Bruxelas-Paris, 1963.
- MARTINS, José V. de Pina — *O Humanismo em Portugal*, Paris, 1972.
- MENDONÇA, Henrique Lopes de — *O Padre Fernando de Oliveira e a sua obra náutica — Memoria comprehendendo um estudo biographico sobre o afamado grammatico e nautographo e a primeira reprodução typographica do seu tratado inédito «Livro da Fábrica das Naos»*, Lisboa, Academia das Ciências, 1898.
- MIGLIORINI, Bruno — *Storia della lingua italiana*, Florença, 1960.
- NEBRIJA, António de — *Gramática Castellana*, ed. de Galindo Romeo y L. Ortiz Muñoz, Madrid, 1946.
- NETO, Serafim da Silva — *Manual de Filologia Portuguesa*, Rio de Janeiro, 1957.
- OLIVEIRA, Fernão de — *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, 1536; 2.<sup>a</sup> ed. pelo Visconde de Azevedo e Tito de Noronha,

- Porto, 1871; 3.<sup>a</sup> ed. por Rodrigo de Sá Nogueira, Lisboa, 1936.
- PINTO, Américo Cortês — *Da famosa Arte da Imprimissão*, Lisboa, 1948.
- PINTO, Américo Cortês — «A Gramática e a Cartilha de João de Barros», in *Liceus de Portugal*, Out. 1945.
- PINTO, Rolando Morel — «Gramáticos Portugueses do Renascimento», in *Revista de Letras*, S. Paulo, 1961.
- RÉVAH, I. S. — «João de Barros», in *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, Março, 1958.
- RICHÉ, Pierre — *Éducation et Culture dans l'Occident Barbare*, Paris, Le Seuil, 1967.
- RICHÉ, Pierre — *De l'éducation antique à l'éducation chevaleresque*, Paris, Flammarion, 1968.
- SARAIVA, António José — *História da Cultura em Portugal*, I-III, Lisboa, 1950.
- TERRA, José F. da Silva — «L'édition princeps du *Dialogo de preceitos moraes* de João de Barros», in *Bulletin des études portugaises*, N. S. XXXX, 1969.
- TERRACINI, Lore — «Appunti sulla “coscienza linguistica” nella Spagna del Rinascimento e del secolo d'oro», in *Cultura Neolatina*, XIX, 1959.
- TRABALZA, Ciro — *Storia della Grammatica Italiana*, Bolonha, 1963.
- VASCONCELOS, Frazão de — «Ortografistas Portugueses dos séculos XVI a XVIII», in *Liceus de Portugal*, III, Lisboa, 1932.

- VENDRYES, Joseph — *Le Langage — Introduction linguistique à l'Histoire*, Paris, Ed. Albin Michel, 1968.
- VIDOS, B. E. — *Manuale de Lingvistica romana*, Florença, 1959.
- WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, U. von — *Storia della Filologia Classica*, Turim, 1967.